

**DESENVOLVIMENTO E
VALIDAÇÃO PRELIMINAR
DO ÍNDICE DE POTENCIAL
TURÍSTICO MUNICIPAL
(IPTM): UMA PROPOSTA DE
ÍNDICE COMPOSTO PARA
AVALIAÇÃO DO POTENCIAL
TURÍSTICO EM ESCALA
LOCAL**

**DEVELOPMENT AND PRELIMINARY VALIDATION OF THE MUNICIPAL
TOURISM POTENTIAL INDEX (MTPi): A COMPOSITE INDEX PROPOSAL FOR
ASSESSING TOURISM POTENTIAL AT THE LOCAL SCALE**

Ciências Sociais Aplicadas • 12/06/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/781110502](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/781110502)

Sebastião José Amorim Gomes¹

Max Santana Rolemberg Farias²

RESUMO

A crescente valorização do turismo como estratégia de desenvolvimento territorial sustentável tem ampliado a demanda por instrumentos capazes de subsidiar o planejamento e a tomada de decisão em escala municipal. Apesar da existência de modelos internacionais voltados à competitividade, sustentabilidade e inteligência dos destinos, permanece limitada a disponibilidade de ferramentas destinadas à avaliação do potencial turístico municipal, especialmente em contextos caracterizados por atividade turística ainda não consolidada. Nesse contexto, o estudo teve como objetivo desenvolver e analisar preliminarmente a validação do Índice de Potencial Turístico Municipal (IPTM), concebido como um índice composto para avaliação multidimensional do potencial turístico em escala local. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa metodológica fundamentada em revisão integrativa da literatura, realizada a partir de um conjunto inicial de 24 referências e consolidada em um corpus final fechado composto pelas mesmas 24 obras utilizadas em todas as etapas do estudo. O processo envolveu definição conceitual do constructo, estruturação das dimensões analíticas, construção do índice, validação de conteúdo por especialistas e avaliação de usabilidade. Os resultados indicaram evidências preliminares favoráveis à validade de conteúdo, consistência interna e usabilidade do instrumento, sugerindo adequação da estrutura proposta para representar o potencial turístico municipal. A discussão evidenciou que o IPTM preenche uma lacuna existente entre modelos internacionais de avaliação turística e as necessidades de planejamento observadas na escala municipal, ao priorizar capacidades territoriais ainda não convertidas em desempenho turístico consolidado. Conclui-se que o IPTM apresenta potencial para apoiar diagnósticos territoriais e processos de planejamento turístico baseados em evidências, embora novas

aplicações empíricas sejam necessárias para ampliar as evidências de validade do instrumento.

Palavras-chave: Governança Territorial; Desenvolvimento Sustentável; Destinos Inteligentes; Gestão Pública; Indicadores Compostos.

ABSTRACT

The growing recognition of tourism as a strategy for sustainable territorial development has increased the demand for instruments capable of supporting planning and decision-making at the municipal level. Although international models focused on competitiveness, sustainability, and smart destinations are widely available, specific tools designed to assess municipal tourism potential remain limited, particularly in contexts where tourism activity is not yet consolidated. In this context, this study aimed to develop and conduct a preliminary validation of the Municipal Tourism Potential Index (MTPI), conceived as a composite index for the multidimensional assessment of tourism potential at the local scale. Methodologically, the study is characterized as methodological research grounded in an integrative literature review, conducted from an initial set of 24 references and consolidated into a final closed corpus composed of the same 24 works used throughout all stages of the research. The process included conceptual definition of the construct, development of analytical dimensions, index construction, expert-based content validation, and usability assessment. The results provided favorable preliminary evidence regarding content validity, internal consistency, and usability, indicating that the proposed structure adequately represents municipal tourism potential. The discussion highlighted that the MTPI addresses a gap between existing international tourism assessment models and the planning needs observed at the

municipal level by focusing on territorial capacities that have not yet been transformed into consolidated tourism performance. It is concluded that the MTPI has potential to support territorial diagnosis and evidence-based tourism planning, although further empirical applications are required to strengthen validation evidence.

Keywords: O mesmo conteúdo de palavras-chave; porém em inglês.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o turismo passou a ocupar posição estratégica nas agendas de desenvolvimento territorial, sendo reconhecido não apenas por sua capacidade de geração de renda e emprego, mas também por seu potencial de valorização dos recursos naturais, culturais e institucionais dos territórios. A crescente inserção do setor nas políticas públicas reflete a compreensão de que o turismo pode atuar como mecanismo de dinamização econômica e fortalecimento das capacidades locais, especialmente em municípios que buscam diversificar suas bases produtivas e ampliar oportunidades de desenvolvimento sustentável (OECD, 2022; WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2018).

Sob essa perspectiva, o desenvolvimento turístico deixa de ser compreendido exclusivamente como expansão do fluxo de visitantes e passa a envolver processos mais amplos relacionados à governança, à sustentabilidade e à capacidade dos territórios de mobilizar seus ativos endógenos. Diretrizes internacionais têm enfatizado a necessidade de integrar objetivos econômicos, sociais e ambientais ao planejamento turístico, fortalecendo abordagens orientadas ao desenvolvimento sustentável e à gestão territorial

baseada em evidências (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2004; WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2018).

Nesse cenário, os municípios assumem papel central na formulação e implementação de políticas públicas voltadas ao turismo. Grande parte das decisões relacionadas à gestão dos atrativos, à infraestrutura turística, à preservação do patrimônio cultural e ambiental e à articulação entre os diferentes atores locais ocorre na escala municipal. Conseqüentemente, a qualidade dos instrumentos utilizados para diagnosticar capacidades territoriais e orientar decisões estratégicas torna-se elemento fundamental para a efetividade das políticas públicas de turismo (OECD, 2022).

Parte significativa dos modelos de avaliação turística desenvolvidos nas últimas décadas concentra-se na análise da competitividade dos destinos, privilegiando variáveis associadas ao desempenho econômico, à infraestrutura instalada, à capacidade de atração de visitantes e ao posicionamento em mercados turísticos consolidados. Essa abordagem produziu avanços importantes para a compreensão dos fatores que influenciam o desempenho dos destinos, contribuindo para o desenvolvimento de modelos amplamente utilizados em escala nacional e internacional (CROUCH; RITCHIE, 2003; DWYER; KIM, 2003).

Embora relevantes, tais modelos apresentam limitações quando aplicados a municípios que ainda não possuem atividade turística consolidada. Muitas localidades dispõem de recursos naturais, culturais e institucionais capazes de sustentar processos futuros de desenvolvimento turístico, mas permanecem invisíveis em sistemas de avaliação fortemente orientados por indicadores de desempenho já estabelecido. Como consequência, territórios emergentes tendem

a ser analisados a partir de critérios concebidos para realidades distintas, dificultando a identificação de capacidades latentes e oportunidades de planejamento (WORLD ECONOMIC FORUM, 2024).

Além disso, a predominância de abordagens focadas na competitividade pode reduzir a compreensão do turismo como processo territorial dinâmico e evolutivo. Municípios localizados em estágios iniciais de desenvolvimento frequentemente necessitam de instrumentos capazes de identificar potencialidades, fragilidades e capacidades institucionais antes mesmo da consolidação de indicadores tradicionais de desempenho turístico.

Discussões recentes sobre desenvolvimento territorial e inovação na gestão dos destinos turísticos têm destacado a importância de sistemas de informação, indicadores multidimensionais e mecanismos de apoio à tomada de decisão. Avanços relacionados aos destinos inteligentes evidenciam a necessidade de integrar dados territoriais, governança e planejamento estratégico em instrumentos capazes de subsidiar políticas públicas mais eficientes e adaptadas às especificidades locais (GRETZEL et al., 2015).

Apesar desse avanço conceitual, permanece limitada a disponibilidade de modelos especificamente voltados à avaliação do potencial turístico municipal. A literatura dispõe de contribuições relevantes para compreender a evolução dos destinos turísticos ao longo do tempo, demonstrando que diferentes territórios apresentam níveis distintos de desenvolvimento, maturidade e capacidade de transformação de seus recursos em atividade turística estruturada (BUTLER, 1980). Entretanto, observa-se menor atenção à construção de instrumentos destinados a mensurar, de

forma integrada e prospectiva, as condições que antecedem a consolidação dos destinos. Tal desafio exige abordagens capazes de integrar dimensões ambientais, estruturais, culturais, socioeconômicas e institucionais em uma estrutura única de avaliação.

Essa lacuna torna-se particularmente relevante em contextos municipais, nos quais decisões relacionadas à alocação de recursos, priorização de investimentos e formulação de estratégias de desenvolvimento frequentemente ocorrem em cenários caracterizados pela escassez de informações sistematizadas. A ausência de ferramentas capazes de avaliar o potencial turístico de maneira multidimensional limita a capacidade dos gestores públicos de planejar intervenções baseadas em evidências e de acompanhar a evolução das condições territoriais ao longo do tempo. Nesse contexto, torna-se relevante o desenvolvimento de índices compostos capazes de integrar múltiplas dimensões do território em uma medida sintética que apoie processos de diagnóstico, monitoramento e planejamento turístico municipal.

Diante desse contexto, o presente estudo busca responder à seguinte questão: como desenvolver e validar preliminarmente um índice composto capaz de mensurar o potencial turístico municipal de forma multidimensional e aplicável ao planejamento turístico local?

O objetivo principal foi desenvolver e validar preliminarmente o Índice de Potencial Turístico Municipal (IPTM), concebido como um índice composto destinado à avaliação multidimensional das capacidades territoriais relacionadas ao desenvolvimento turístico em escala municipal.

No plano teórico, a pesquisa contribui para o avanço das discussões sobre potencial turístico municipal ao propor uma definição conceitual orientada pela integração entre recursos territoriais, capacidades institucionais e perspectivas de desenvolvimento sustentável. Em termos metodológicos, o estudo apresenta um procedimento estruturado para construção e validação preliminar de um índice composto aplicado ao turismo municipal, combinando técnicas de validação de conteúdo e avaliação de usabilidade em uma arquitetura metodológica integrada.

Sob a perspectiva prática, o IPTM oferece uma ferramenta de apoio ao diagnóstico territorial, ao planejamento turístico e à formulação de políticas públicas municipais baseadas em evidências, favorecendo processos de tomada de decisão mais transparentes, sistemáticos e orientados ao desenvolvimento sustentável.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Definição do Constructo Potencial Turístico Municipal

A crescente importância do turismo para o desenvolvimento econômico, social e territorial tem impulsionado a criação de diferentes modelos destinados a compreender os fatores que condicionam o sucesso dos destinos turísticos. Apesar desse avanço, observa-se que a literatura ainda apresenta certa imprecisão conceitual na utilização de termos como potencial turístico, atratividade, competitividade e maturidade turística. Frequentemente empregados como conceitos equivalentes, esses termos representam fenômenos distintos e produzem implicações analíticas específicas para a construção de instrumentos de avaliação e planejamento.

A discussão sobre potencial turístico torna-se particularmente relevante quando se observa que a maior parte dos modelos internacionais de avaliação turística foi concebida para analisar destinos já consolidados ou em processo avançado de desenvolvimento. Nesse contexto, a literatura tem privilegiado indicadores relacionados ao desempenho turístico, à competitividade e à capacidade dos destinos de gerar vantagens comparativas e benefícios econômicos sustentáveis (CROUCH; RITCHIE, 2003; DWYER; KIM, 2003; WORLD ECONOMIC FORUM, 2024). Embora tais abordagens tenham produzido contribuições significativas para o campo do turismo, elas nem sempre permitem compreender adequadamente as condições existentes em territórios que ainda não consolidaram sua atividade turística.

A noção de atratividade turística constitui um dos conceitos mais difundidos nesse debate. Segundo Crouch e Ritchie (2003), os recursos naturais, culturais e patrimoniais representam elementos centrais para a atração de visitantes e para a construção da identidade dos destinos turísticos. Contudo, os próprios autores alertam que a presença de atrativos não é suficiente para assegurar desenvolvimento turístico consistente. Recursos territoriais podem permanecer subutilizados ou gerar resultados limitados quando não são acompanhados por infraestrutura adequada, mecanismos de gestão e capacidade institucional. Tal constatação evidencia que atratividade e potencial turístico não constituem conceitos equivalentes.

A competitividade turística, por sua vez, desloca a análise para a capacidade dos destinos de gerar valor econômico e social superior em relação aos seus concorrentes. Dwyer e Kim (2003) argumentam que a competitividade depende da interação entre recursos

disponíveis, fatores de suporte, gestão dos destinos e condições situacionais que influenciam seu desempenho. Em perspectiva semelhante, Crouch e Ritchie (2003) defendem que a competitividade resulta da combinação entre recursos centrais, fatores de suporte, gestão estratégica e políticas públicas capazes de sustentar vantagens duradouras. Essa abordagem influenciou diversos modelos internacionais de avaliação turística, incluindo aqueles utilizados atualmente para comparar países e destinos em escala global (WORLD ECONOMIC FORUM, 2024).

Entretanto, uma leitura crítica dessa literatura sugere que os modelos de competitividade tendem a privilegiar territórios que já apresentam atividade turística estruturada. Indicadores relacionados ao fluxo de visitantes, capacidade de hospedagem, conectividade, infraestrutura e desempenho econômico tornam-se menos eficazes quando aplicados a municípios que ainda se encontram em estágios iniciais de desenvolvimento turístico. Nesses casos, a ausência de desempenho consolidado não necessariamente indica ausência de potencial, mas pode refletir limitações históricas de investimento, governança ou planejamento.

Outra contribuição relevante para a compreensão do desenvolvimento turístico encontra-se na teoria do ciclo de vida dos destinos proposta por Butler (1980). O autor argumenta que os destinos percorrem diferentes fases de evolução, desde estágios iniciais de exploração até momentos de desenvolvimento, consolidação, estagnação e eventual rejuvenescimento ou declínio. A expressão "cycle of evolution" tornou-se uma das formulações mais influentes da literatura turística ao demonstrar que os destinos constituem sistemas dinâmicos e sujeitos a transformações contínuas. Embora essa abordagem permita compreender os

processos evolutivos do turismo, sua aplicação pressupõe a existência de uma trajetória turística já observável.

Sob essa perspectiva, o conceito de maturidade turística refere-se ao estágio de desenvolvimento alcançado por determinado destino ao longo de sua trajetória histórica. Municípios que ainda não consolidaram sua atividade turística apresentam desafios distintos daqueles observados em destinos maduros, exigindo instrumentos capazes de identificar capacidades territoriais existentes antes da consolidação dos indicadores tradicionais de desempenho.

A literatura recente sobre desenvolvimento sustentável reforça essa necessidade ao destacar que o turismo deve ser analisado de forma integrada, considerando simultaneamente fatores econômicos, sociais, ambientais e institucionais (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2018; OECD, 2022). Tal entendimento amplia a compreensão do desenvolvimento turístico para além da simples capacidade de atração ou competição entre destinos, incorporando elementos relacionados à governança, sustentabilidade e qualidade das condições territoriais.

Diante dessas contribuições, o potencial turístico municipal é concebido neste estudo como a capacidade latente de um território mobilizar recursos naturais, culturais, socioeconômicos, estruturais e institucionais para promover processos futuros de desenvolvimento turístico sustentável. Trata-se de um constructo multidimensional e prospectivo, orientado para a identificação de capacidades territoriais ainda não plenamente convertidas em desempenho turístico observável. Enquanto a atratividade enfatiza a capacidade de atração, a competitividade privilegia o desempenho comparativo e a maturidade analisa os estágios evolutivos dos destinos, o

potencial turístico busca identificar as condições estruturantes que podem sustentar processos futuros de desenvolvimento em escala municipal.

Essa definição apresenta implicações relevantes para a construção do Índice de Potencial Turístico Municipal (IPTM). Ao invés de avaliar exclusivamente resultados já alcançados, o índice procura identificar capacidades territoriais que antecedem a consolidação da atividade turística, oferecendo uma abordagem mais aderente às necessidades de planejamento de municípios emergentes e de territórios que buscam estruturar suas estratégias de desenvolvimento turístico de forma sustentável.

2.2. Governança Territorial e Desenvolvimento Turístico

A literatura contemporânea sobre desenvolvimento territorial tem atribuído crescente importância à governança como elemento fundamental para a efetividade das políticas públicas voltadas ao turismo. Embora recursos naturais, patrimônio cultural e infraestrutura constituam componentes relevantes para o desenvolvimento dos destinos, sua presença isolada não garante a transformação do turismo em vetor de desenvolvimento sustentável. A capacidade dos territórios de articular atores, coordenar instituições e estabelecer mecanismos de cooperação tem sido apontada como fator decisivo para a conversão das potencialidades locais em oportunidades concretas de desenvolvimento (OECD, 2022; WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2018).

Essa discussão ganhou relevância à medida que o turismo passou a ser compreendido como fenômeno multidimensional e fortemente dependente de processos de coordenação institucional.

Diferentemente de setores econômicos cuja governança encontra-se concentrada em organizações específicas, o turismo envolve uma ampla diversidade de atores públicos, privados e comunitários, cujas ações afetam diretamente a qualidade da experiência turística e a sustentabilidade dos territórios. Nesse contexto, a governança territorial emerge como mecanismo capaz de integrar interesses, reduzir conflitos e orientar estratégias de desenvolvimento de longo prazo (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2004; OECD, 2022).

Diretrizes internacionais voltadas ao desenvolvimento sustentável têm enfatizado que o sucesso das políticas turísticas depende da capacidade dos governos locais de promover processos participativos e construir estruturas institucionais capazes de articular crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2018). Tal perspectiva representa importante mudança em relação a modelos tradicionais de planejamento, historicamente orientados por indicadores de crescimento da demanda turística ou expansão da infraestrutura física. A sustentabilidade passa a ser compreendida não apenas como resultado desejado, mas como princípio estruturante da governança dos destinos.

No contexto municipal, essa questão assume particular relevância. Grande parte das decisões relacionadas à gestão dos atrativos turísticos, ao ordenamento territorial, à preservação do patrimônio cultural e à oferta de serviços públicos ocorre na escala local. Entretanto, muitos municípios enfrentam limitações relacionadas à capacidade administrativa, disponibilidade de recursos técnicos e produção de informações estratégicas para subsidiar processos decisórios. Santos e Oliveira (2022) destacam que dificuldades relacionadas à gestão de dados e ao monitoramento de indicadores

permanecem entre os principais desafios enfrentados pelos governos municipais brasileiros.

A expansão das tecnologias digitais e dos sistemas de informação acrescenta novos elementos a esse debate. Gretzel et al. (2015) argumentam que a emergência do conceito de "smart tourism" está associada à crescente capacidade dos destinos de coletar, processar e utilizar informações para apoiar processos decisórios mais eficientes. Nessa perspectiva, a inteligência dos destinos não depende exclusivamente da incorporação de tecnologias digitais, mas também da capacidade institucional de transformar dados em conhecimento aplicável à gestão territorial.

Contribuições posteriores reforçam essa interpretação ao demonstrar que a utilização sistemática de informações favorece processos de aprendizagem institucional, monitoramento contínuo e adaptação das políticas públicas às mudanças observadas no ambiente turístico. Ivars-Baidal et al. (2019) defendem que destinos inteligentes são aqueles capazes de integrar governança, inovação e informação em estratégias voltadas à melhoria contínua da gestão. De forma convergente, a Comissão Europeia reconhece que a combinação entre inovação, sustentabilidade, acessibilidade e governança constitui um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento turístico contemporâneo (EUROPEAN COMMISSION, 2020).

Sob uma perspectiva crítica, observa-se que a crescente valorização da informação na gestão dos destinos não elimina os desafios estruturais enfrentados pelos municípios. A disponibilidade de dados, por si só, não garante melhores decisões. Processos efetivos de governança dependem da capacidade dos gestores de

interpretar informações, estabelecer prioridades e transformar conhecimento em ação estratégica. Nesse sentido, a produção de indicadores sintéticos e ferramentas de diagnóstico pode contribuir para reduzir assimetrias informacionais e fortalecer processos de planejamento territorial.

Lima, Pereira e Rocha (2025) argumentam que a inovação aplicada ao planejamento turístico depende cada vez mais da utilização de instrumentos capazes de integrar informações dispersas e traduzir fenômenos complexos em evidências acessíveis aos tomadores de decisão. Tal compreensão aproxima-se das recomendações da OECD (2022), que enfatizam a importância de sistemas de monitoramento e avaliação para fortalecer a governança e ampliar a efetividade das políticas públicas de turismo.

À luz dessas contribuições, a governança territorial pode ser compreendida como dimensão essencial para a identificação e mobilização do potencial turístico municipal. A capacidade de coordenar atores, organizar informações, monitorar indicadores e orientar decisões estratégicas influencia diretamente as possibilidades de desenvolvimento turístico dos territórios. Conseqüentemente, instrumentos destinados à avaliação do potencial turístico precisam incorporar aspectos relacionados à governança e à capacidade institucional, reconhecendo que o desenvolvimento do turismo depende não apenas da existência de recursos territoriais, mas também da forma como esses recursos são geridos, articulados e transformados em oportunidades de desenvolvimento sustentável.

2.3. Destinos Inteligentes e Planejamento Baseado em Evidências

Transformações tecnológicas, institucionais e sociais observadas nas últimas décadas vêm alterando significativamente a forma como os destinos turísticos são planejados, monitorados e geridos. Nesse cenário, ganha destaque o conceito de destinos inteligentes, associado à capacidade dos territórios de integrar tecnologias digitais, governança, sustentabilidade e inovação para qualificar a experiência turística e fortalecer os processos de gestão. Mais do que um modelo centrado em infraestrutura tecnológica, essa abordagem propõe uma nova forma de compreender a relação entre informação, tomada de decisão e desenvolvimento territorial.

Gretzel et al. (2015) argumentam que os destinos inteligentes representam uma evolução das abordagens tradicionais de gestão turística ao incorporarem sistemas capazes de produzir, processar e utilizar informações em tempo real. Segundo os autores, o conceito de smart tourism está fundamentado na convergência entre tecnologias da informação, experiências turísticas e novos modelos de governança, permitindo que gestores públicos e demais atores territoriais atuem de forma mais responsiva diante das demandas e transformações do ambiente turístico.

Embora frequentemente associado à digitalização dos serviços turísticos, o conceito de destino inteligente possui alcance mais amplo. Evidências apresentadas por Ivars-Baidal et al. (2019) demonstram que a inteligência dos destinos depende da capacidade institucional de transformar dados em conhecimento útil para orientar políticas públicas, monitorar resultados e promover processos contínuos de aprendizagem. Sob esse entendimento, a disponibilidade de informações não constitui um fim em si mesma, mas um recurso estratégico voltado à qualificação da gestão territorial.

A relevância dessa perspectiva torna-se ainda mais evidente diante da crescente complexidade dos sistemas turísticos contemporâneos. Questões relacionadas à sustentabilidade ambiental, à gestão dos fluxos turísticos, à preservação do patrimônio cultural e à competitividade territorial exigem decisões cada vez mais fundamentadas em evidências. Conseqüentemente, a produção sistemática de informações confiáveis passa a desempenhar papel central na formulação de estratégias de desenvolvimento turístico de longo prazo.

Experiências internacionais reforçam essa compreensão. A Comissão Europeia reconhece que a inovação aplicada ao turismo depende da articulação entre governança, acessibilidade, sustentabilidade e utilização inteligente das informações disponíveis (EUROPEAN COMMISSION, 2020). Nessa perspectiva, os destinos mais preparados para enfrentar desafios contemporâneos não são necessariamente aqueles que dispõem da maior quantidade de tecnologia, mas aqueles que conseguem transformar informações em capacidades efetivas de planejamento e gestão.

Apesar dos avanços observados, muitos municípios ainda enfrentam dificuldades para estruturar sistemas permanentes de monitoramento e avaliação. Limitações relacionadas à disponibilidade de dados, à capacidade técnica das equipes e à ausência de instrumentos padronizados comprometem a utilização de evidências nos processos decisórios. Tal realidade é particularmente relevante em territórios emergentes, nos quais a escassez de informações frequentemente dificulta a identificação de potencialidades e fragilidades associadas ao desenvolvimento turístico.

Sob uma perspectiva crítica, observa-se que a consolidação dos destinos inteligentes depende menos da adoção isolada de tecnologias e mais da capacidade dos territórios de produzir conhecimento estratégico sobre sua própria realidade. Nesse contexto, sistemas de indicadores e índices compostos assumem papel fundamental ao possibilitar a organização de informações complexas em estruturas analíticas capazes de subsidiar diagnósticos, orientar prioridades e apoiar decisões baseadas em evidências.

2.4. Indicadores Compostos Aplicados Ao Turismo

A crescente complexidade dos fenômenos territoriais tem ampliado a utilização de indicadores compostos em diferentes áreas do conhecimento, incluindo turismo, desenvolvimento regional, sustentabilidade e políticas públicas. Tais instrumentos surgem como resposta à necessidade de sintetizar grandes volumes de informação em medidas capazes de representar fenômenos multidimensionais de forma compreensível e operacionalmente útil para pesquisadores, gestores e formuladores de políticas públicas.

No campo do turismo, essa necessidade torna-se particularmente evidente devido à diversidade de fatores que influenciam o desenvolvimento dos destinos. Recursos naturais, patrimônio cultural, infraestrutura, condições socioeconômicas, governança e sustentabilidade constituem dimensões interdependentes que dificilmente podem ser compreendidas por meio de indicadores isolados. Diante dessa realidade, índices compostos têm sido utilizados para integrar diferentes variáveis em estruturas analíticas capazes de oferecer diagnósticos mais abrangentes e comparáveis (NARDO et al., 2008).

Conforme destacam Nardo et al. (2008), a construção de índices compostos não consiste apenas em reunir indicadores em uma única medida sintética. Trata-se de um processo metodológico complexo que envolve decisões relacionadas à definição do constructo, seleção das variáveis, tratamento dos dados, atribuição de pesos e agregação dos resultados. Cada uma dessas etapas influencia diretamente a validade analítica e a utilidade prática do instrumento desenvolvido.

2.4.1. Construção de Índices Compostos

A elaboração de um índice composto inicia-se pela definição clara do fenômeno que se pretende mensurar. Sem uma estrutura conceitual consistente, a seleção de indicadores tende a tornar-se arbitrária e pouco representativa do constructo analisado. Nardo et al. (2008) ressaltam que a qualidade de um índice depende diretamente da coerência entre sua fundamentação teórica e os procedimentos metodológicos adotados para operacionalizá-lo.

No turismo, essa etapa assume importância ainda maior devido à natureza multidimensional da atividade turística. Indicadores excessivamente concentrados em uma única dimensão podem produzir interpretações parciais da realidade territorial. Por essa razão, modelos contemporâneos de avaliação turística procuram integrar variáveis ambientais, econômicas, sociais, institucionais e culturais em uma mesma estrutura analítica.

Além de representar um requisito metodológico, a construção de índices compostos responde à necessidade prática de produzir instrumentos capazes de apoiar processos de planejamento e tomada de decisão. Em contextos caracterizados pela abundância

de informações e pela crescente complexidade dos sistemas territoriais, medidas sintéticas podem contribuir para tornar diagnósticos mais acessíveis e operacionais.

2.4.2. Seleção de Indicadores

Uma das etapas mais sensíveis da construção de índices compostos refere-se à escolha dos indicadores que representarão o fenômeno estudado. A seleção inadequada de variáveis pode comprometer a validade do instrumento e produzir resultados pouco aderentes à realidade que se pretende analisar.

Segundo Nardo et al. (2008), os indicadores devem apresentar relevância conceitual, disponibilidade de dados, confiabilidade e capacidade de representar dimensões significativas do constructo investigado. Não se trata apenas de selecionar variáveis facilmente mensuráveis, mas de identificar aquelas que efetivamente contribuem para explicar o fenômeno analisado.

Souza e Marques (2024) destacam que a qualidade dos indicadores influencia diretamente a capacidade interpretativa dos índices compostos. Indicadores redundantes podem gerar sobreposição de informações, enquanto variáveis pouco representativas tendem a reduzir a capacidade explicativa do modelo. Consequentemente, a seleção dos indicadores deve resultar de um processo sistemático e teoricamente fundamentado.

No caso do turismo, essa etapa exige especial atenção à diversidade dos contextos territoriais. Municípios distintos apresentam características ambientais, culturais e institucionais específicas, tornando necessário selecionar indicadores capazes de captar essa

heterogeneidade sem comprometer a comparabilidade dos resultados.

2.4.3. Normalização

Indicadores frequentemente são produzidos em escalas distintas de mensuração. Algumas variáveis são expressas em valores absolutos, outras em percentuais, índices ou categorias qualitativas. Essa diversidade dificulta comparações diretas e inviabiliza a agregação dos dados sem procedimentos prévios de tratamento.

Para superar esse problema, a literatura recomenda a utilização de técnicas de normalização capazes de transformar diferentes escalas em uma base comum de comparação (NARDO et al., 2008). Esse procedimento permite que variáveis originalmente heterogêneas sejam combinadas sem que diferenças de unidade de medida produzam distorções nos resultados finais.

Embora frequentemente tratada como etapa operacional, a normalização possui implicações analíticas relevantes. Diferentes métodos podem alterar a distribuição dos dados e influenciar a interpretação dos resultados. Por essa razão, a escolha do procedimento de normalização deve ser coerente com os objetivos do índice e explicitamente justificada pelos pesquisadores.

2.4.4. Ponderação

Após a definição e o tratamento dos indicadores, torna-se necessário estabelecer a importância relativa de cada variável na composição do índice final. Esse processo é conhecido como ponderação e representa uma das etapas mais debatidas na literatura sobre indicadores compostos.

Nardo et al. (2008) observam que a atribuição de pesos envolve escolhas metodológicas que podem influenciar significativamente os resultados obtidos. Pesos iguais pressupõem que todas as variáveis possuem a mesma relevância para o constructo analisado, enquanto pesos diferenciados refletem julgamentos teóricos, consensos de especialistas ou evidências empíricas específicas.

Contribuições recentes destacam que a transparência dos critérios utilizados na ponderação constitui requisito fundamental para a credibilidade dos índices compostos (SOUZA; MARQUES, 2024). Independentemente do método adotado, os pesquisadores devem explicitar as razões que justificam a distribuição dos pesos e discutir possíveis impactos dessas escolhas sobre os resultados produzidos.

No contexto do turismo, essa questão assume importância particular devido à diversidade de fatores que influenciam o desenvolvimento dos destinos. A definição dos pesos deve considerar a lógica conceitual do modelo e sua capacidade de representar adequadamente as múltiplas dimensões associadas ao fenômeno turístico.

2.4.5. Agregação

A etapa final da construção de um índice composto consiste na agregação dos indicadores previamente selecionados, normalizados e ponderados. Esse procedimento transforma um conjunto amplo de informações em uma medida sintética capaz de representar o fenômeno analisado de forma integrada.

Conforme destacam Nardo et al. (2008), a agregação não deve ser compreendida apenas como operação matemática. O método escolhido influencia a forma como as variáveis interagem entre si e

pode alterar significativamente a interpretação dos resultados. Diferentes estratégias de agregação refletem diferentes pressupostos teóricos sobre a relação existente entre os indicadores que compõem o índice.

Sob uma perspectiva aplicada, a agregação desempenha papel fundamental na transformação de informações complexas em instrumentos úteis para o planejamento e a gestão. Índices excessivamente detalhados podem dificultar a interpretação por parte dos usuários finais, enquanto medidas excessivamente simplificadas podem ocultar aspectos relevantes da realidade analisada. O desafio metodológico consiste em equilibrar simplicidade operacional e capacidade explicativa.

Considerando a natureza multidimensional do turismo, a utilização de índices compostos apresenta potencial significativo para apoiar processos de diagnóstico territorial, monitoramento e formulação de políticas públicas. Ao integrar diferentes dimensões em uma estrutura analítica única, esses instrumentos permitem compreender fenômenos complexos de forma mais abrangente, favorecendo a construção de estratégias de desenvolvimento turístico fundamentadas em evidências e orientadas à sustentabilidade

2.5. Modelos Internacionais de Avaliação Turística

A consolidação do turismo como atividade estratégica para o desenvolvimento econômico e territorial estimulou a criação de diferentes sistemas de indicadores destinados a apoiar processos de planejamento, monitoramento e tomada de decisão. Nas últimas décadas, organismos internacionais, instituições multilaterais e

centros de pesquisa passaram a desenvolver modelos capazes de mensurar dimensões relacionadas à competitividade, sustentabilidade, inovação e desempenho dos destinos turísticos. Embora essas iniciativas tenham ampliado significativamente a capacidade de análise do setor, observa-se que seus objetivos, escalas territoriais e pressupostos conceituais variam consideravelmente.

Entre os modelos mais influentes destacam-se o Travel & Tourism Development Index (TTDI), desenvolvido pelo World Economic Forum; o European Tourism Indicator System (ETIS), criado pela Comissão Europeia; e os frameworks associados aos destinos turísticos inteligentes (Smart Tourism). Cada uma dessas abordagens contribui para compreender diferentes aspectos do desenvolvimento turístico, mas também apresenta limitações quando aplicada à realidade dos municípios que buscam identificar e estruturar seu potencial turístico.

2.5.1. Travel & Tourism Development Index (TTDI)

O Travel & Tourism Development Index (TTDI) constitui atualmente uma das principais referências internacionais para avaliação do desenvolvimento turístico. Elaborado pelo World Economic Forum, o índice foi concebido para analisar a capacidade dos países de criar condições favoráveis ao desenvolvimento sustentável do setor turístico, considerando fatores relacionados ao ambiente de negócios, infraestrutura, recursos naturais, recursos culturais, sustentabilidade e condições habilitadoras para o crescimento da atividade turística (WORLD ECONOMIC FORUM, 2024).

A lógica do TTDI está fortemente associada à tradição dos estudos de competitividade turística desenvolvidos por Crouch e Ritchie (2003) e Dwyer e Kim (2003). Nessa perspectiva, o desempenho dos destinos depende da combinação entre recursos disponíveis, qualidade da gestão, infraestrutura de suporte e ambiente institucional. O índice busca sintetizar essas dimensões em uma estrutura comparativa que permita avaliar a posição relativa dos países no contexto internacional.

Entre suas principais contribuições destaca-se a capacidade de integrar múltiplas dimensões do turismo em uma estrutura analítica abrangente, favorecendo comparações internacionais e subsidiando políticas públicas nacionais. Por outro lado, sua aplicação em escala nacional limita a identificação de especificidades territoriais observadas em contextos locais. Municípios que ainda não possuem atividade turística consolidada tendem a permanecer pouco visíveis em modelos fortemente orientados por indicadores de desempenho e competitividade.

Tal característica revela uma limitação importante para estudos voltados ao potencial turístico municipal. Enquanto o TTDI procura avaliar condições associadas ao desenvolvimento turístico já estruturado, municípios emergentes frequentemente necessitam de instrumentos capazes de identificar capacidades territoriais ainda não convertidas em resultados observáveis.

2.5.2. European Tourism Indicator System (ETIS)

O European Tourism Indicator System (ETIS) foi desenvolvido pela Comissão Europeia com o objetivo de apoiar destinos turísticos na implementação de práticas orientadas à sustentabilidade.

Diferentemente dos modelos centrados predominantemente na competitividade, o ETIS enfatiza o monitoramento contínuo dos impactos econômicos, sociais, culturais e ambientais associados ao desenvolvimento do turismo (EUROPEAN COMMISSION, 2016).

Sua estrutura organiza indicadores relacionados à gestão dos destinos, valor econômico do turismo, impactos socioculturais e sustentabilidade ambiental, oferecendo aos gestores um conjunto sistemático de informações destinadas ao acompanhamento do desempenho turístico. A proposta aproxima-se das recomendações da World Tourism Organization (2004), que defende a utilização de indicadores como instrumentos fundamentais para promover o desenvolvimento sustentável dos destinos.

Uma das principais contribuições do ETIS consiste na incorporação explícita da sustentabilidade como eixo estruturante da avaliação turística. Em vez de concentrar a análise exclusivamente em resultados econômicos ou competitivos, o sistema reconhece a necessidade de equilibrar crescimento turístico, preservação ambiental e bem-estar das comunidades locais.

Apesar de sua relevância, a aplicação do ETIS pressupõe capacidade institucional relativamente elevada para coleta, atualização e interpretação dos indicadores. Muitos municípios de pequeno e médio porte enfrentam limitações relacionadas à disponibilidade de dados e à capacidade técnica necessária para operacionalizar sistemas permanentes de monitoramento. Como consequência, parte dos benefícios potenciais do modelo pode tornar-se difícil de alcançar em contextos territoriais caracterizados por restrições administrativas e informacionais.

2.5.3. Smart Tourism

O avanço das tecnologias digitais e dos sistemas de informação favoreceu o surgimento de novas abordagens voltadas à gestão inteligente dos destinos turísticos. Nesse contexto, os modelos associados ao Smart Tourism passaram a enfatizar a integração entre inovação, governança, sustentabilidade e utilização estratégica da informação como elemento central para o desenvolvimento turístico contemporâneo.

Gretzel et al. (2015) argumentam que os destinos inteligentes representam uma evolução dos modelos tradicionais de gestão ao incorporar tecnologias capazes de ampliar a produção e utilização de informações em processos de tomada de decisão. A noção de smart tourism desloca a atenção da simples mensuração do desempenho turístico para a capacidade dos territórios de aprender, adaptar-se e responder de forma mais eficiente aos desafios contemporâneos.

Complementando essa perspectiva, Ivars-Baidal et al. (2019) destacam que a inteligência dos destinos não deve ser compreendida apenas como resultado da adoção de tecnologias digitais. Elementos relacionados à governança, à articulação institucional e à capacidade de transformar dados em conhecimento constituem fatores igualmente relevantes para a construção de destinos mais resilientes e inovadores.

Experiências recentes desenvolvidas pela Comissão Europeia reforçam essa interpretação ao associar o conceito de turismo inteligente à integração entre acessibilidade, sustentabilidade, inovação e governança (EUROPEAN COMMISSION, 2020). Sob essa

lógica, o desenvolvimento turístico depende da capacidade dos territórios de utilizar informações e tecnologias para aprimorar continuamente seus processos de gestão.

Entretanto, assim como ocorre com outros modelos internacionais, as abordagens de Smart Tourism tendem a concentrar-se em territórios que já possuem determinado nível de estruturação institucional e tecnológica. Municípios emergentes podem apresentar elevado potencial turístico mesmo sem dispor das condições tecnológicas frequentemente associadas aos destinos inteligentes, o que limita a capacidade desses modelos de captar realidades territoriais em estágios iniciais de desenvolvimento.

A diversidade de modelos internacionais evidencia diferentes formas de compreender e avaliar o desenvolvimento turístico. Enquanto alguns instrumentos privilegiam competitividade, outros enfatizam sustentabilidade, inovação ou capacidade de gestão. Com o objetivo de sintetizar essas diferenças e posicionar conceitualmente o Índice de Potencial Turístico Municipal (IPTM) em relação às abordagens consolidadas na literatura internacional, apresenta-se o Quadro 1.

Quadro 1: Comparação entre TTDI, ETIS, Smart Tourism e IPTM

Critério	TTDI (Travel & Tourism Development Index)	ETIS (European Tourism Indicator System)	Smart Tourism	IPTM (Índice de Potencial Turístico Municipal)
Instituição de origem	World Economic Forum	European Commission	European Commission e literatura de destinos inteligentes	Proposta deste estudo

Escala de análise	Nacional	Destino turístico	Cidade ou destino turístico	Município
Finalidade principal	Avaliar competitividade e condições para desenvolvimento do turismo	Monitorar sustentabilidade dos destinos	Avaliar capacidades de inovação, inteligência e governança	Avaliar potencial turístico municipal
Enfoque predominante	Competitividade	Sustentabilidade	Inteligência territorial e inovação	Potencial de desenvolvimento turístico
Perspectiva temporal	Diagnóstico do desempenho atual	Monitoramento contínuo	Gestão adaptativa e melhoria contínua	Identificação de capacidades futuras
Foco em municípios emergentes	Baixo	Moderado	Moderado	Alto
Aplicação em territórios sem atividade turística consolidada	Limitada	Parcial	Parcial	Elevada
Integração de fatores ambientais	Sim	Sim	Sim	Sim
Integração de fatores culturais	Sim	Parcial	Parcial	Sim

Integração de fatores socioeconômicos	Sim	Sim	Parcial	Sim
Integração de fatores institucionais	Sim	Sim	Sim	Sim
Integração de governança	Parcial	Sim	Sim	Sim
Integração de inovação tecnológica	Parcial	Parcial	Central	Complementar
Utilização de índice composto	Sim	Sim	Variável conforme o modelo	Sim
Apoio ao planejamento municipal	Moderado	Moderado	Alto	Alto
Capacidade de identificar potencialidades latentes	Baixa	Moderada	Moderada	Alta
Adequação ao planejamento territorial local	Moderada	Moderada	Alta	Alta
Orientação para tomada de decisão pública	Sim	Sim	Sim	Sim

Contribuição principal	Comparação internacional da competitividade turística	Monitoramento da sustentabilidade dos destinos	Gestão inteligente baseada em dados e inovação	Diagnóstico multidimensional do potencial turístico municipal
------------------------	---	--	--	---

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Crouch e Ritchie (2003), Dwyer e Kim (2003), World Tourism Organization (2004), Gretzel et al. (2015), European Commission (2016), World Tourism Organization (2018), Ivars-Baidal et al. (2019), European Commission (2020), OECD (2022) e World Economic Forum (2024).

A análise comparativa dos modelos evidencia que cada abordagem foi desenvolvida para responder a objetivos específicos e operar em diferentes escalas territoriais. O TTDI concentra-se predominantemente na competitividade turística em nível nacional, o ETIS prioriza o monitoramento da sustentabilidade dos destinos e os frameworks de Smart Tourism enfatizam capacidades relacionadas à inovação, governança e utilização estratégica da informação. Embora essas contribuições sejam amplamente reconhecidas, nenhuma dessas estruturas foi concebida especificamente para mensurar o potencial turístico municipal em perspectiva prospectiva (WORLD ECONOMIC FORUM, 2024; EUROPEAN COMMISSION, 2016; EUROPEAN COMMISSION, 2020).

Diferenças relacionadas à escala territorial constituem apenas parte da questão. Observa-se também que os modelos analisados tendem a privilegiar condições já estabelecidas de desenvolvimento turístico, seja por meio de indicadores de competitividade, desempenho, sustentabilidade ou maturidade institucional. Conseqüentemente, municípios que ainda não consolidaram sua atividade turística

podem apresentar baixa visibilidade analítica nesses sistemas, mesmo quando dispõem de recursos e capacidades capazes de sustentar processos futuros de desenvolvimento.

Sob essa perspectiva, o IPTM busca preencher uma lacuna existente entre os modelos internacionais consolidados e as necessidades de planejamento observadas na escala municipal. Sua proposta não consiste em substituir instrumentos voltados à competitividade, sustentabilidade ou inovação, mas complementar essas abordagens por meio de uma estrutura analítica direcionada à identificação de capacidades territoriais ainda não plenamente convertidas em desempenho turístico observável. A incorporação integrada de dimensões ambientais, culturais, socioeconômicas, estruturais e institucionais procura oferecer uma leitura mais aderente às especificidades dos municípios, especialmente daqueles que se encontram em fases iniciais de organização e planejamento turístico (OECD, 2022; WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2018; GRETZEL et al., 2015).

Observa-se que os modelos internacionais analisados foram concebidos para avaliar destinos turísticos a partir de perspectivas associadas à competitividade, sustentabilidade ou inteligência territorial. Embora essas abordagens tenham produzido avanços importantes para o planejamento turístico, permanece limitada a disponibilidade de instrumentos especificamente direcionados à identificação de capacidades territoriais ainda não convertidas em desempenho turístico observável. Nesse sentido, o IPTM procura ocupar uma posição complementar na literatura, direcionando a análise para a identificação de potencialidades municipais e para o apoio ao planejamento de territórios em diferentes estágios de desenvolvimento turístico.

3. MÉTODO

3.1. Delineamento Metodológico

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa metodológica, de natureza aplicada, orientada ao desenvolvimento e à validação preliminar de um índice composto destinado à avaliação do potencial turístico municipal. A escolha desse delineamento justifica-se pelo objetivo de construir uma estrutura analítica capaz de organizar dimensões, indicadores e critérios interpretativos voltados ao diagnóstico territorial do turismo em escala local.

A abordagem adotada combina procedimentos qualitativos e quantitativos. O componente qualitativo esteve associado à construção conceitual do Índice de Potencial Turístico Municipal (IPTM), à definição das dimensões analíticas e à estruturação dos indicadores. O componente quantitativo esteve relacionado à operacionalização do índice, à definição de procedimentos de cálculo e à preparação das etapas de validação estatística e operacional. Essa combinação é coerente com estudos metodológicos voltados à construção de instrumentos de diagnóstico e avaliação, nos quais a consistência conceitual precisa ser articulada à viabilidade de aplicação prática.

No campo do turismo, instrumentos de avaliação dependem de processos sistemáticos de organização conceitual, seleção de critérios e estruturação de indicadores, especialmente quando destinados a apoiar decisões em políticas públicas locais. Almeida e Silva (2023) destacam que métodos de consenso e procedimentos estruturados de validação contribuem para qualificar instrumentos aplicados ao planejamento turístico, reduzindo arbitrariedades na

escolha dos itens e ampliando sua aderência ao fenômeno analisado.

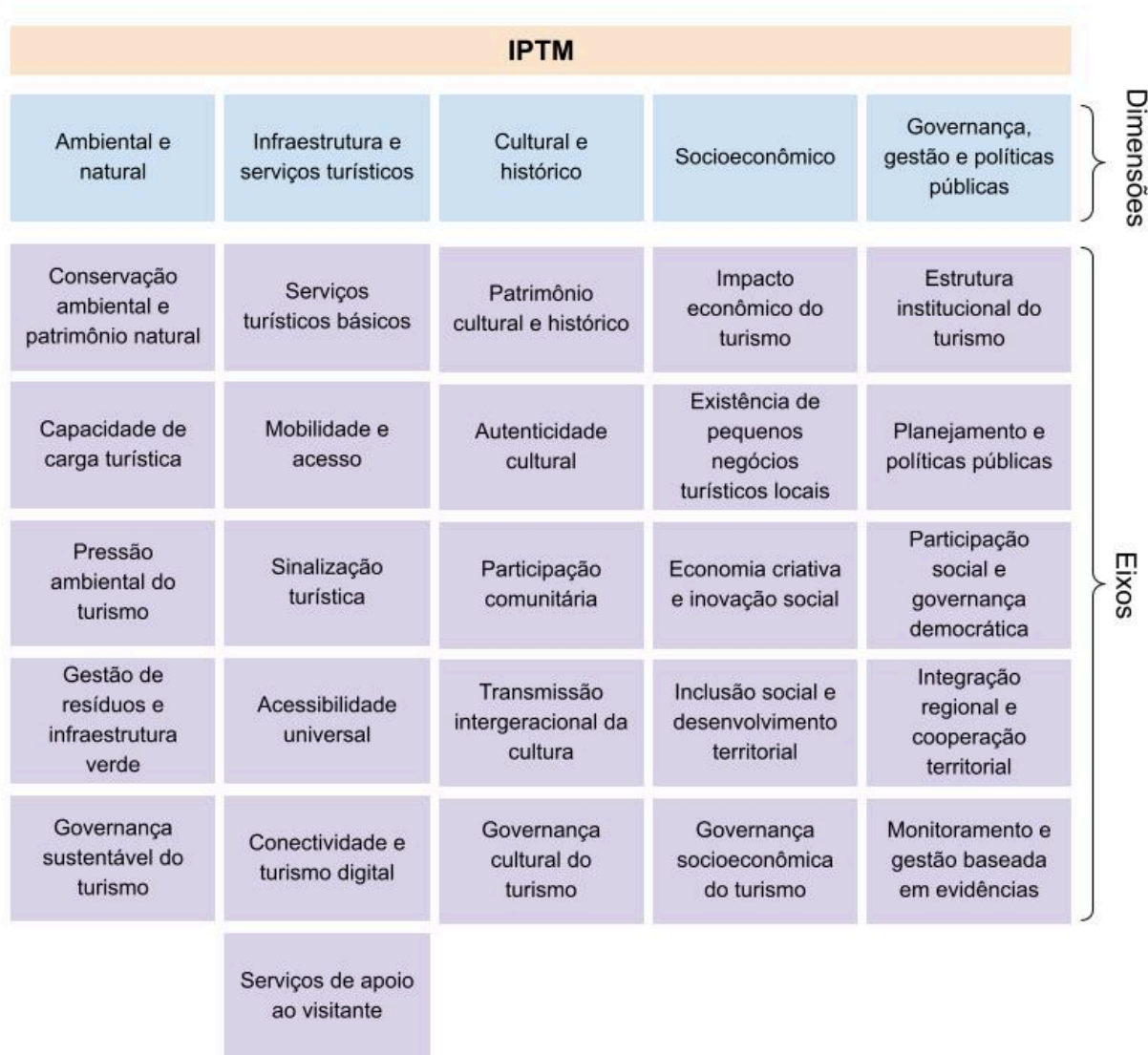
3.2. Processo de Construção do IPTM

O desenvolvimento do IPTM partiu da compreensão de que o potencial turístico municipal constitui um constructo multidimensional, prospectivo e territorialmente situado. Diferentemente de modelos centrados exclusivamente na competitividade ou no desempenho atual dos destinos, o índice foi concebido para identificar capacidades territoriais ainda não plenamente convertidas em resultados turísticos observáveis.

Inicialmente, definiu-se o modelo conceitual do IPTM com base em cinco dimensões interdependentes: ambiental e natural; infraestrutura e serviços turísticos; cultural e histórica; socioeconômica; e governança, gestão e políticas públicas. Essa estrutura buscou representar os principais componentes que influenciam a capacidade de um município transformar recursos territoriais em oportunidades futuras de desenvolvimento turístico sustentável.

A construção do índice seguiu princípios metodológicos recomendados para indicadores compostos, especialmente quanto à definição do constructo, seleção de dimensões, organização dos indicadores, normalização, ponderação e agregação dos resultados (NARDO et al., 2008). Também se considerou a necessidade de produzir uma ferramenta útil para políticas públicas locais, em diálogo com abordagens contemporâneas de planejamento territorial baseado em evidências (OECD, 2022).

Figura 1: Estrutura Geral do IPTM



Fonte: Elaborado pelos autores.

A Figura 1 apresenta a arquitetura conceitual do IPTM e sintetiza a relação entre suas cinco dimensões constitutivas. Sua função metodológica é demonstrar que o índice não se limita à mensuração de atrativos turísticos, mas incorpora elementos ambientais, estruturais, culturais, socioeconômicos e institucionais. Essa organização permite compreender o potencial turístico como resultado da interação entre recursos territoriais, capacidade de gestão, infraestrutura de suporte e condições de sustentabilidade.

3.3. Estrutura Analítica do Índice

A primeira dimensão do IPTM, denominada Ambiental e Natural, contempla os atributos ecológicos e paisagísticos que podem

sustentar o desenvolvimento turístico municipal. Inclui aspectos relacionados à presença, conservação e uso responsável dos recursos naturais, bem como à capacidade do território de compatibilizar atividade turística e sustentabilidade ambiental. Essa dimensão dialoga com diretrizes internacionais que reconhecem a sustentabilidade como eixo estruturante do planejamento turístico (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2018; OECD, 2022).

A dimensão Infraestrutura e Serviços Turísticos refere-se às condições materiais e operacionais necessárias para viabilizar a experiência turística. Abrange elementos como acessibilidade, mobilidade, serviços de apoio ao visitante, conectividade, sinalização e capacidade de atendimento. Municípios com atrativos relevantes podem apresentar baixo potencial de desenvolvimento quando carecem de infraestrutura mínima para recepção, permanência e circulação dos visitantes.

Por sua vez, a dimensão Cultural e Histórica considera os bens materiais e imateriais que expressam a identidade territorial do município. Patrimônio histórico, manifestações culturais, tradições locais e formas de participação comunitária constituem componentes fundamentais para a construção de experiências turísticas socialmente enraizadas. Essa dimensão reconhece que o turismo sustentável depende da valorização dos recursos culturais sem sua descaracterização.

No plano Socioeconômico, o IPTM avalia a capacidade do turismo de contribuir para a dinamização econômica local, geração de oportunidades, fortalecimento de pequenos negócios, inovação social e inclusão produtiva. Tal dimensão parte do entendimento de que o turismo não deve ser analisado apenas como fluxo de

visitantes, mas como possibilidade de articulação entre desenvolvimento territorial, economia local e melhoria das condições de vida.

Finalmente, a dimensão Governança, Gestão e Políticas Públicas examina a capacidade institucional do município para planejar, coordenar, monitorar e sustentar estratégias de desenvolvimento turístico. Essa dimensão incorpora elementos relacionados à estrutura administrativa, participação social, cooperação regional, planejamento público e uso de informações em processos decisórios. A literatura sobre destinos inteligentes reforça que a qualidade da governança e a capacidade de utilizar dados são componentes decisivos para o planejamento turístico contemporâneo (GRETZEL et al., 2015).

Em conjunto, as cinco dimensões permitem avaliar o potencial turístico municipal como fenômeno sistêmico. Nenhuma dimensão, isoladamente, é suficiente para representar o constructo. O índice busca justamente integrar esses componentes em uma estrutura analítica única, capaz de produzir diagnóstico sintético sem eliminar a leitura desagregada de cada dimensão.

3.4. Operacionalização do IPTM

A operacionalização do IPTM foi estruturada em três procedimentos principais: normalização dos indicadores, ponderação das dimensões e agregação dos resultados. Esses procedimentos são necessários porque índices compostos integram variáveis de naturezas distintas e exigem critérios explícitos para assegurar comparabilidade, transparência e coerência metodológica (NARDO et al., 2008; SOUZA; MARQUES, 2024).

A normalização corresponde à transformação dos indicadores em uma escala comum, permitindo que diferentes variáveis sejam comparadas e agregadas. No IPTM, recomenda-se que todos os indicadores sejam convertidos para uma escala percentual de 0 a 100, na qual valores mais elevados representam maior contribuição para o potencial turístico municipal.

Equação 1. Normalização dos indicadores

$$I_{ij}^{norm} = \frac{I_{ij} - I_{min}}{I_{max} - I_{min}} \times 100$$

Onde:

I^{norm} = valor normalizado do indicador;

$I^{observado}$ = valor observado do indicador;

I_{min} = menor valor observado ou esperado;

I_{max} = maior valor observado ou esperado.

A ponderação define a importância relativa atribuída aos indicadores e dimensões no cálculo do índice. Nesta versão preliminar do IPTM, recomenda-se a adoção de pesos equivalentes entre as dimensões, uma vez que ainda não há evidência empírica suficiente para sustentar pesos diferenciais. Essa decisão deve ser apresentada de forma transparente e reconhecida como uma escolha metodológica preliminar, passível de revisão em estudos futuros com maior base empírica.

O cálculo de cada dimensão resulta da média ponderada dos indicadores normalizados que a compõem. Quando todos os

indicadores recebem o mesmo peso, a dimensão corresponde à média aritmética simples dos indicadores normalizados.

Equação 2. Cálculo das dimensões

$$D_j = \frac{\sum_{i=1}^{n_j} w_i I_{ij}^{norm}}{\sum_{i=1}^{n_j} w_i}$$

Onde:

- D_j = pontuação da dimensão;
- I_{ij}^{norm} = indicador normalizado;
- w_i = peso do indicador;
- n_j = número de indicadores da dimensão.

Após o cálculo das dimensões, o IPTM final é obtido pela agregação das cinco dimensões analíticas. Com pesos equivalentes, cada dimensão contribui igualmente para o resultado global do índice. Caso estudos futuros identifiquem fundamentos teóricos ou empíricos para ponderações diferenciadas, a fórmula poderá ser ajustada sem alterar a estrutura geral do modelo.

Equação 3. Cálculo final do IPTM

$$IPTM = \frac{\sum_{j=1}^5 W_j D_j}{\sum_{j=1}^5 W_j}$$

Onde:

- IPTM = representa a pontuação final do Índice de Potencial Turístico Municipal;
- D_j = corresponde à pontuação da dimensão (j);
- W_j = representa o peso atribuído à dimensão (j);

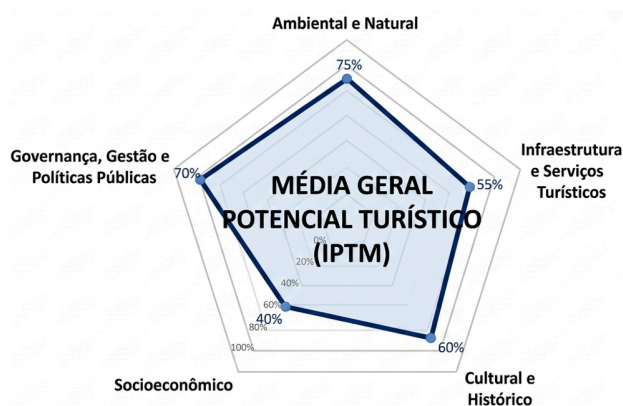
- 5 = corresponde ao número total de dimensões do índice.

Esse procedimento permite que o IPTM produza dois tipos de resultado: uma pontuação global, útil para síntese e comparação, e pontuações desagregadas por dimensão, importantes para identificar fragilidades específicas e orientar prioridades de intervenção pública.

3.5. Interpretação dos Resultados

A interpretação do IPTM deve considerar tanto o valor global do índice quanto o desempenho específico de cada dimensão. Para evitar leituras excessivamente simplificadas, recomenda-se que o resultado final seja sempre analisado em conjunto com a distribuição das pontuações dimensionais. Municípios com pontuação global semelhante podem apresentar perfis territoriais distintos, revelando forças e fragilidades em áreas diferentes.

Figura 2: Gráfico radar modelo do IPTM



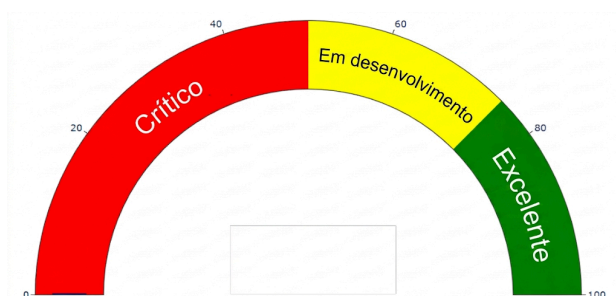
Fonte: Elaborado pelos autores

A Figura 2 apresenta o gráfico radar como recurso de visualização metodológica do IPTM. Esse tipo de representação permite observar simultaneamente o desempenho das cinco dimensões do índice, facilitando a identificação de assimetrias estruturais, áreas críticas e

dimensões mais desenvolvidas. Sua função no artigo é explicar como os resultados poderão ser comunicados aos gestores públicos e demais atores envolvidos no planejamento turístico municipal.

Além da análise gráfica, o IPTM propõe uma classificação interpretativa em três estágios: crítico, em desenvolvimento e excelente. Essa classificação busca traduzir a pontuação percentual do índice em categorias compreensíveis para o planejamento público. Não se trata de uma classificação definitiva do destino, mas de um recurso analítico preliminar para apoiar diagnósticos e orientar prioridades.

Figura 3: Gráfico com os estágios do IPTM



Fonte: Elaborado pelos autores

Municípios classificados no estágio crítico, com pontuação entre 0% e 50%, apresentam baixa estruturação turística, fragilidades institucionais e necessidade prioritária de investimentos em condições básicas de desenvolvimento. O estágio em desenvolvimento, situado entre 50% e 70%, indica a presença de ativos relevantes e iniciativas em consolidação, embora ainda dependentes de maior articulação entre infraestrutura, governança, cultura, sustentabilidade e dinamização econômica.

Pontuações entre 70% e 100% correspondem ao estágio excelente, caracterizado por condições mais favoráveis à consolidação do turismo como estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.

Ainda assim, essa categoria não deve ser interpretada como ausência de fragilidades, mas como indicação de maior capacidade territorial para mobilizar recursos, políticas e instituições em torno do desenvolvimento turístico.

A definição desses estágios dialoga com a compreensão de que os destinos turísticos evoluem em diferentes momentos e ritmos ao longo do tempo (BUTLER, 1980). Também se alinha à necessidade de produzir instrumentos de monitoramento capazes de orientar políticas públicas territoriais com base em evidências, especialmente em contextos municipais marcados por desigualdades de capacidade institucional e disponibilidade de dados (OECD, 2022).

4. PROCESSO DE VALIDAÇÃO

4.1. Estratégia de Validação

A validação do Índice de Potencial Turístico Municipal (IPTM) foi concebida como um processo preliminar destinado a avaliar a adequação conceitual, metodológica e operacional do instrumento antes de sua aplicação em contextos empíricos ampliados. Considerando a natureza multidimensional do constructo e o propósito de produzir uma ferramenta aplicável ao planejamento turístico municipal, optou-se por uma estratégia de validação estruturada em duas camadas complementares: validação de conteúdo e validação de usabilidade.

A primeira camada concentrou-se na análise da validade de conteúdo do instrumento. Essa etapa teve como objetivo verificar se as dimensões, indicadores e critérios propostos representavam adequadamente o constructo potencial turístico municipal. A literatura especializada reconhece a validade de conteúdo como

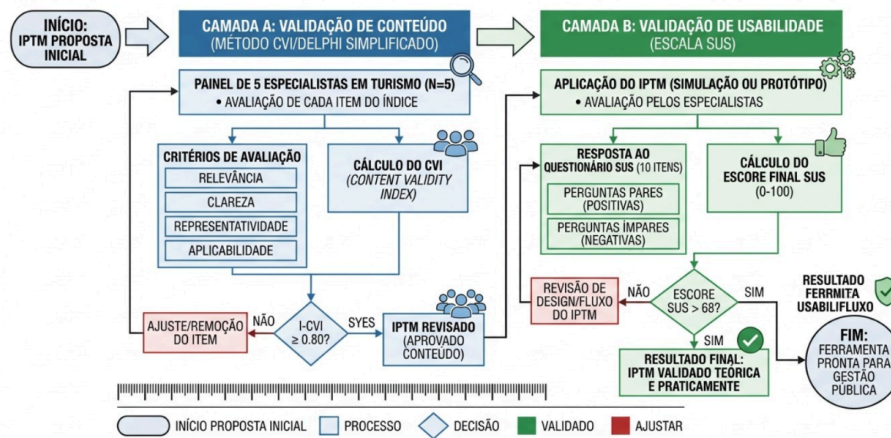
procedimento essencial em estudos de construção de instrumentos, pois permite avaliar o grau de correspondência entre os itens elaborados e o fenômeno que se pretende mensurar (LYNN, 1986; POLIT; BECK, 2006). Sob essa perspectiva, especialistas atuam como julgadores qualificados capazes de examinar clareza, relevância, pertinência e representatividade dos itens.

A segunda camada voltou-se à avaliação da usabilidade do instrumento. Embora um índice possa apresentar adequada consistência conceitual, sua efetividade prática depende da capacidade dos usuários de compreender sua estrutura, interpretar seus resultados e utilizar suas informações em processos decisórios. Por essa razão, a validação incorporou procedimentos baseados na System Usability Scale (SUS), originalmente proposta por Brooke (1996) e amplamente utilizada para avaliar a experiência de uso de ferramentas, sistemas e instrumentos de apoio à decisão.

A adoção dessas duas camadas de validação procurou atender simultaneamente às exigências de rigor metodológico e aplicabilidade prática. Enquanto a validade de conteúdo examina a adequação teórica do instrumento, a avaliação de usabilidade investiga sua operacionalidade em contextos reais de utilização. Em conjunto, essas estratégias oferecem evidências preliminares sobre a qualidade do IPTM e sua potencial utilização em processos de planejamento turístico municipal.

A Figura 4 apresenta o fluxo de validação, em duas camadas, utilizado na validação do IPTM. Onde é possível identificar cada uma das duas camadas de validação.

Figura 4: Fluxo de validação do IPTM



Fonte: Elaborado pelos autores.

A Figura 4 sintetiza as etapas do processo de validação adotado neste estudo. O fluxo apresenta a sequência lógica que conecta a construção conceitual do índice, a avaliação por especialistas, os procedimentos de análise da validade de conteúdo e a avaliação de usabilidade, evidenciando a complementaridade entre as diferentes etapas metodológicas empregadas.

4.2. Validação de Conteúdo

A validade de conteúdo constitui uma das etapas mais importantes na construção de instrumentos de avaliação, especialmente quando o objetivo consiste em representar constructos complexos e multidimensionais. Segundo Alexandre e Coluci (2011), esse procedimento permite verificar se os itens propostos são capazes de representar adequadamente o conteúdo teórico do fenômeno investigado, reduzindo riscos de omissão ou inclusão de elementos pouco relevantes.

Especialistas

A avaliação de conteúdo do IPTM foi conduzida por especialistas com experiência em turismo, planejamento territorial, gestão pública, desenvolvimento regional e áreas correlatas. A participação

de especialistas é amplamente recomendada pela literatura por permitir a incorporação de diferentes perspectivas técnicas e científicas ao processo de construção dos instrumentos (LYNN, 1986; POLIT; BECK, 2006).

Cada avaliador recebeu a estrutura do índice, suas dimensões, indicadores e critérios de interpretação, sendo solicitado que analisasse aspectos relacionados à clareza, relevância, pertinência e representatividade dos itens. O processo buscou identificar possíveis ambiguidades conceituais, redundâncias e oportunidades de aperfeiçoamento metodológico antes da consolidação da versão preliminar do instrumento.

Índice de Validade de Conteúdo (CVI)

Para quantificar o grau de concordância entre os especialistas, utilizou-se o Índice de Validade de Conteúdo (Content Validity Index – CVI), amplamente empregado em estudos metodológicos voltados à construção e validação de instrumentos (LYNN, 1986; POLIT; BECK, 2006; YUSOFF, 2019).

Inicialmente foi calculado o Índice de Validade de Conteúdo por Item (Item-Level Content Validity Index – I-CVI), que representa a proporção de especialistas que classificaram determinado item como adequado ou altamente adequado.

Equação 4. Cálculo do I-CVI

$$I - CVI = \frac{n_e}{N}$$

Onde:

- $I-CVI$ = Índice de Validade de Conteúdo do Item;
- n_e = número de especialistas que classificaram o item como relevante;
- N = número total de especialistas.

Valores mais próximos de 1,00 indicam maior concordância entre os avaliadores e, conseqüentemente, maior evidência de validade de conteúdo para o item analisado (LYNN, 1986).

Posteriormente foi calculado o Índice Global de Validade de Conteúdo (Scale-Level Content Validity Index – S-CVI), obtido a partir da média dos valores de I-CVI dos itens avaliados.

Equação 5. Cálculo do S-CVI

$$S - CVI = \frac{\sum_{i=1}^k I - CVI_i}{k}$$

Onde:

- $I-CVI$ = Índice de Validade de Conteúdo do Item;
- n_e = número de especialistas que classificaram o item como relevante;
- N = número total de especialistas.

Conforme discutem Polit e Beck (2006), o S-CVI permite avaliar a adequação global do instrumento, oferecendo uma medida sintética da concordância entre os especialistas. Bento e Ferreira (2021) destacam que esse procedimento contribui para aumentar a robustez metodológica de instrumentos destinados à coleta e análise de dados em contextos aplicados.

4.3. Consistência Interna

Além da validade de conteúdo, procedeu-se à análise da consistência interna dos itens que compõem o instrumento. Essa etapa teve como finalidade verificar o grau de associação entre os

indicadores propostos e avaliar se os diferentes componentes do IPTM apresentavam coerência suficiente para representar o constructo investigado.

A consistência interna foi estimada por meio do coeficiente Alfa de Cronbach, amplamente utilizado em estudos metodológicos para examinar a confiabilidade de escalas e instrumentos compostos. Valores mais elevados indicam maior homogeneidade entre os itens e sugerem que os componentes do instrumento contribuem para a mensuração de um mesmo fenômeno subjacente.

Embora o Alfa de Cronbach não constitua evidência direta de validade, sua utilização complementa os resultados da validação de conteúdo ao fornecer informações sobre a estabilidade e a coerência interna da estrutura proposta. Conforme destacam Souza e Marques (2024), a análise conjunta entre validade e confiabilidade fortalece a qualidade metodológica dos instrumentos e amplia a confiança na interpretação dos resultados produzidos.

4.4. Validação de Usabilidade

A aplicabilidade prática do IPTM depende não apenas da qualidade conceitual de sua estrutura, mas também da capacidade dos usuários de compreender suas informações e utilizá-las em processos de planejamento e tomada de decisão. Considerando essa necessidade, foi realizada uma avaliação preliminar de usabilidade utilizando a System Usability Scale (SUS).

Desenvolvida por Brooke (1996), a SUS consiste em uma escala composta por dez itens destinados a avaliar a percepção dos usuários acerca da facilidade de uso, compreensão, consistência e aplicabilidade de sistemas e instrumentos. Sua ampla utilização em

diferentes áreas do conhecimento contribuiu para sua consolidação como uma das ferramentas mais empregadas em estudos de usabilidade.

A aplicação da escala permitiu examinar a experiência dos participantes em relação ao IPTM, identificando potenciais dificuldades de interpretação, necessidades de ajustes e oportunidades de aprimoramento operacional. Estudos recentes demonstram que a utilização da SUS em instrumentos de gestão pública oferece evidências relevantes sobre a aceitação e a operacionalidade das ferramentas avaliadas (COSTA et al., 2023).

O cálculo da pontuação final da SUS seguiu os procedimentos originalmente propostos por Brooke (1996), nos quais as respostas dos participantes são transformadas em uma escala de 0 a 100.

Equação 6. Cálculo da SUS

$$SUS = \sum_{i=1}^{10} S_i \times 2.5$$

Onde:

SUS = score final da System Usability Scale;

S_i = score ajustado do item (i);

10 = número total de itens da escala;

2,5 = fator de conversão para a escala final de 0 a 100.

Pontuações mais elevadas indicam maior usabilidade percebida pelos participantes. Nesse estudo, os resultados da SUS foram utilizados como evidência complementar para avaliar a viabilidade

operacional do IPTM e sua adequação como ferramenta de apoio ao planejamento turístico municipal.

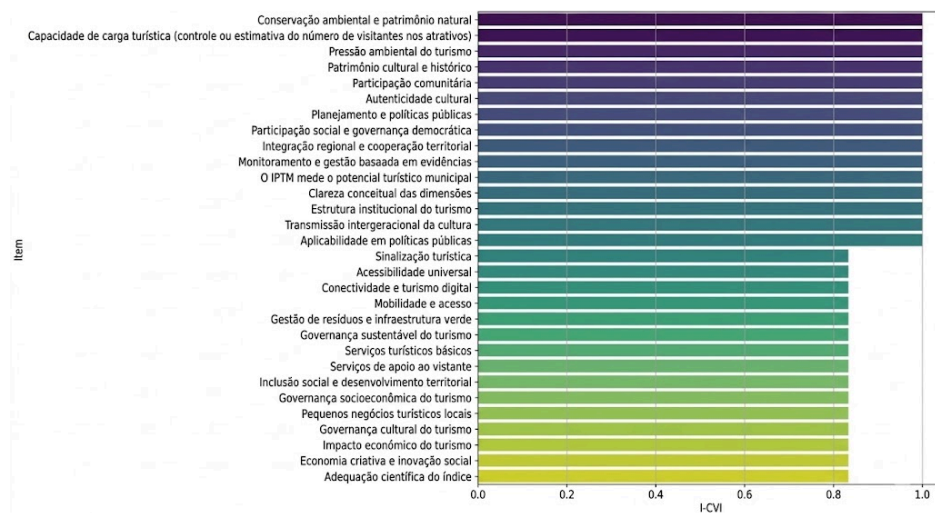
5. RESULTADOS

5.1. Resultados da Validade de Conteúdo

A primeira etapa do processo de validação concentrou-se na avaliação da validade de conteúdo do IPTM por especialistas com experiência em turismo, planejamento territorial, gestão pública e áreas correlatas. O objetivo consistiu em verificar a adequação dos indicadores propostos para representar o constructo potencial turístico municipal, bem como identificar oportunidades de aperfeiçoamento antes da consolidação da versão preliminar do instrumento.

Os resultados obtidos indicaram elevado grau de concordância entre os avaliadores quanto à relevância e representatividade dos indicadores que compõem o índice. De modo geral, as avaliações sugerem que as cinco dimensões propostas foram consideradas adequadas para captar aspectos centrais relacionados ao potencial turístico municipal, reforçando a coerência entre o modelo conceitual e sua operacionalização metodológica.

Figura 5: Resultados do Índice de Validade de Conteúdo (I-CVI)



Fonte: Elaborado pelos autores.

A Figura 5 evidencia que a maior parte dos indicadores apresentou elevados níveis de concordância entre os especialistas. Esse resultado sugere que os itens selecionados foram percebidos como pertinentes para representar as dimensões ambiental, estrutural, cultural, socioeconômica e institucional do potencial turístico municipal.

Sob a perspectiva metodológica, elevados valores de concordância constituem importante evidência de validade de conteúdo, pois indicam que os itens conseguem representar adequadamente os domínios teóricos associados ao constructo analisado (POLIT; BECK, 2006). Em complemento, Yusoff (2019) argumenta que altos níveis de consenso entre especialistas fortalecem a robustez conceitual dos instrumentos e aumentam sua credibilidade para aplicações futuras.

Embora os resultados sejam amplamente favoráveis, a análise das avaliações individuais também permitiu identificar aspectos passíveis de aperfeiçoamento, especialmente relacionados à redação de determinados indicadores e à explicitação de critérios operacionais de interpretação. Tais contribuições foram incorporadas

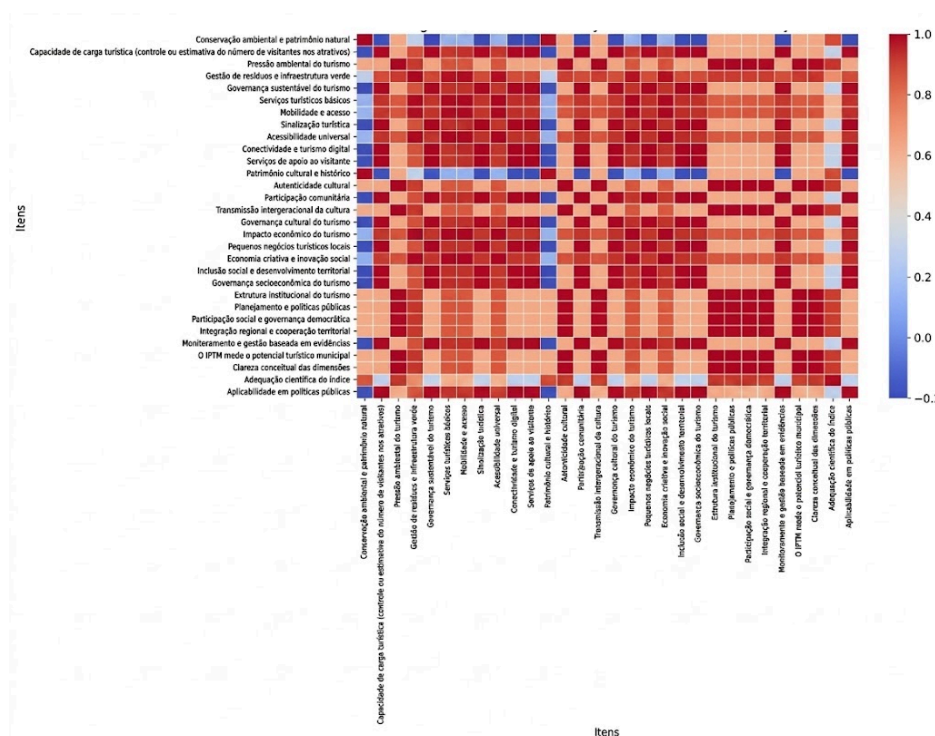
ao refinamento da versão preliminar do IPTM e contribuíram para ampliar sua consistência conceitual.

Considerados em conjunto, os resultados da validação de conteúdo fornecem evidências preliminares de que a estrutura analítica do índice apresenta aderência satisfatória ao conceito de potencial turístico municipal desenvolvido neste estudo.

5.2. Consistência Interna da Escala

Além da avaliação de conteúdo, procedeu-se à análise da consistência interna dos componentes do instrumento. Essa etapa teve como finalidade examinar o comportamento conjunto dos indicadores e verificar se os itens apresentavam relações compatíveis com a estrutura multidimensional proposta para o IPTM.

Figura 6: Matriz de Correlação entre os Itens de Avaliação



Fonte: Elaborado pelos autores.

A Figura 6 apresenta a matriz de correlação entre os indicadores avaliados. A análise visual da matriz revela predominância de associações positivas entre os itens, indicando que os componentes do instrumento tendem a comportar-se de forma coerente com a lógica conceitual subjacente ao índice.

Observa-se que os indicadores apresentam níveis de associação compatíveis com a natureza multidimensional do constructo. Embora relacionados, os itens não demonstram comportamento excessivamente redundante, preservando a capacidade de cada indicador contribuir com informações específicas para a avaliação do potencial turístico municipal.

Esse resultado é particularmente relevante porque índices compostos dependem do equilíbrio entre integração e diversidade dos indicadores. Correlações excessivamente elevadas podem indicar redundância de informação, enquanto associações muito fracas podem comprometer a coerência interna da estrutura analítica. Conforme discutem Souza e Marques (2024), a consistência interna adequada constitui requisito importante para instrumentos destinados à construção de indicadores sintéticos e índices compostos.

Os resultados observados sugerem que o IPTM apresenta comportamento compatível com uma estrutura multidimensional integrada, na qual diferentes dimensões contribuem conjuntamente para a compreensão do potencial turístico municipal sem perder suas especificidades analíticas.

5.3. Contribuições Qualitativas dos Especialistas

As análises quantitativas foram complementadas por contribuições qualitativas fornecidas pelos especialistas ao longo do processo de validação. As observações registradas permitiram identificar pontos fortes da proposta, limitações percebidas pelos avaliadores e oportunidades de aperfeiçoamento para futuras versões do instrumento.

Entre os aspectos mais frequentemente destacados pelos participantes encontram-se a abrangência da estrutura analítica, a integração entre diferentes dimensões do desenvolvimento turístico e o potencial de utilização do índice como ferramenta de apoio ao planejamento municipal. Também foram registradas sugestões relacionadas ao aprimoramento da redação de determinados indicadores e à necessidade de explicitar procedimentos de aplicação e interpretação dos resultados.

Com o objetivo de sistematizar essas contribuições, elaborou-se uma matriz SWOT capaz de organizar as principais percepções dos avaliadores.

Quadro 2: Matriz SWOT para a Validação de Conteúdo

Forças (<i>Strengths</i>)	Fraquezas/Desafios (<i>Weaknesses</i>)
Excelente Consistência Interna $\alpha = 0,984$ (classificado como 'Excelente').	Ambiguidade em Itens Presença de correlações negativas ($\approx -0,200$), sugerindo divergências entre algumas variáveis.
Validação de Conteúdo Robusta SCVI de 0,92, indicando escala totalmente validada.	Alta Complexidade Operacional Necessidade de simplificar o número de indicadores para tornar a coleta e a gestão mais práticas.

<p>Concordância dos Especialistas Todos os itens com ICVI $\geq 0,78$ (mínimo exigido para 6 avaliadores).</p>	
<p>Oportunidades (<i>Opportunities</i>)</p>	<p>Ameaças (<i>Threats</i>)</p>
<p>Engajamento Setorial Potencial para envolver a comunidade, o trade turístico e a academia na coleta colaborativa de dados.</p>	<p>Desengajamento dos <i>Stakeholders</i> Risco de baixa adesão na coleta de dados se não houver criação de incentivos e reconhecimento.</p>
<p>Gestão Baseada em Evidências Uso do índice como base sólida de dados para subsidiar o planejamento estratégico e políticas públicas.</p>	<p>Estagnação dos Indicadores Risco de o índice se tornar obsoleto caso não haja foco na melhoria contínua das dimensões.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores.

A análise sintetizada no Quadro 2 demonstra que as principais forças do IPTM estão associadas ao seu caráter multidimensional, à possibilidade de aplicação em municípios com diferentes níveis de desenvolvimento turístico e à capacidade de integrar fatores ambientais, culturais, socioeconômicos e institucionais em uma única estrutura analítica.

Entre as oportunidades identificadas destacam-se futuras aplicações empíricas em diferentes contextos territoriais, ampliação da base de indicadores e desenvolvimento de versões digitais do instrumento. Por outro lado, os especialistas também apontaram desafios relacionados à disponibilidade de dados municipais e à necessidade de validações adicionais em amostras mais amplas.

Segundo Almeida e Silva (2023), a incorporação sistemática das contribuições dos especialistas constitui etapa fundamental para o aprimoramento dos instrumentos de avaliação, uma vez que permite combinar evidências quantitativas e qualitativas em processos de validação mais abrangentes.

5.4. Resultados da Usabilidade

A segunda camada do processo de validação concentrou-se na avaliação da usabilidade do IPTM. Essa etapa buscou verificar se a estrutura do instrumento, seus procedimentos de cálculo e seus mecanismos de interpretação eram compreendidos adequadamente pelos participantes.

Quadro 3. DataFrame dos Escores SUS Calculados

	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5
A1	4	2	4	2	4
A2	5	1	5	1	5
A3	5	3	5	4	5
A4	5	1	5	1	5
A5	4	1	5	4	4
					Médi

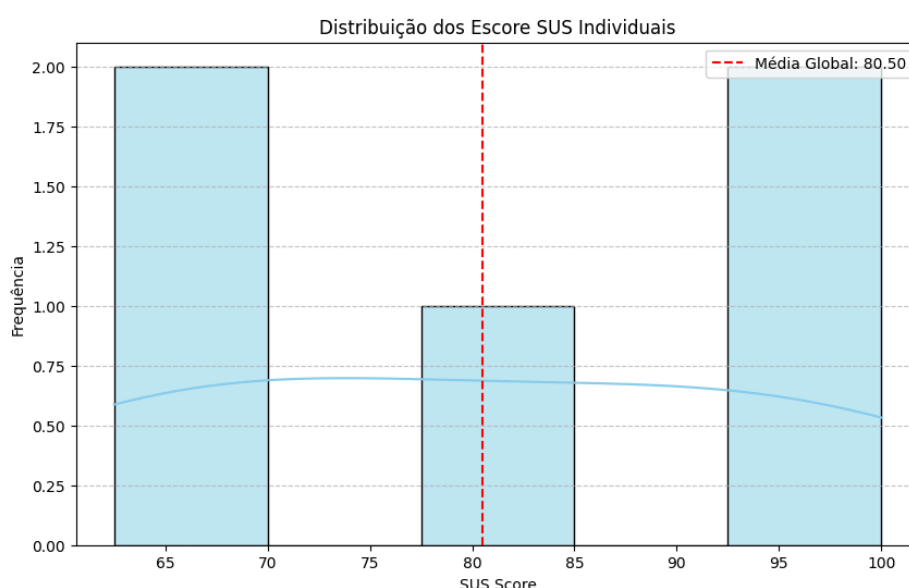
⚠ Esta tabela possui muitas colunas e foi cortada para impressão. Para visualizá-la completa, acesse o artigo original em:

[https://revistatopicos.com.br/artigos/desenvolvimento-e-validacao-preliminar-do-
indice-de-potencial-turistico-municipal-iptm-uma-proposta-de-indice-composto-
para-avaliacao-do-potencial-turistico-em-escala-local?noblockage](https://revistatopicos.com.br/artigos/desenvolvimento-e-validacao-preliminar-do-indice-de-potencial-turistico-municipal-iptm-uma-proposta-de-indice-composto-para-avaliacao-do-potencial-turistico-em-escala-local?noblockage)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os resultados apresentados na Tabela 4 indicam percepção favorável dos participantes em relação à utilização do instrumento. De modo geral, as respostas sugerem que o IPTM apresenta estrutura compreensível, lógica de funcionamento consistente e potencial de aplicação em contextos de planejamento turístico municipal.

Figura 7: Distribuição dos Escores SUS Individuais



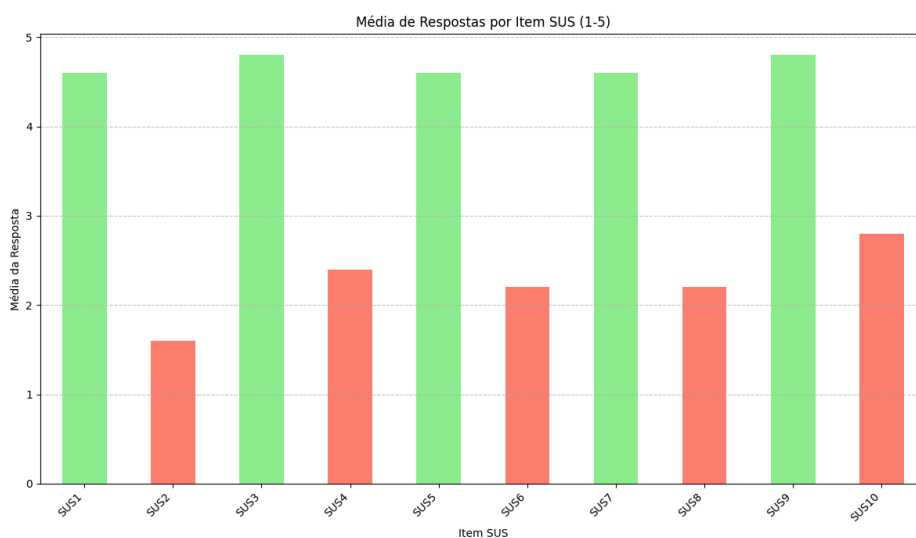
Fonte: Elaborado pelos autores.

A Figura 7 demonstra a distribuição dos escores obtidos na avaliação de usabilidade. Observa-se concentração das respostas em faixas superiores da escala, indicando percepção positiva quanto à facilidade de utilização do instrumento.

A interpretação dos resultados da *System Usability Scale* (SUS) pode ser aprofundada por meio da comparação entre os itens formulados de maneira positiva e aqueles redigidos de forma negativa. Essa análise permite identificar não apenas a percepção geral dos participantes sobre a usabilidade do instrumento, mas também

possíveis assimetrias na forma como diferentes aspectos da experiência de uso são avaliados. Enquanto os itens positivos tendem a captar percepções relacionadas à facilidade de utilização, integração e confiança no instrumento, os itens negativos exploram dificuldades percebidas, complexidade operacional e necessidade de suporte adicional. A comparação entre esses dois grupos de itens contribui para uma compreensão mais abrangente da experiência dos usuários e fortalece a interpretação dos resultados de usabilidade, permitindo identificar aspectos que favorecem ou limitam a adoção do IPTM em contextos de planejamento turístico municipal (BROOKE, 1996; COSTA et al., 2023).

Figura 8: Comparação entre Itens Positivos e Negativos da SUS



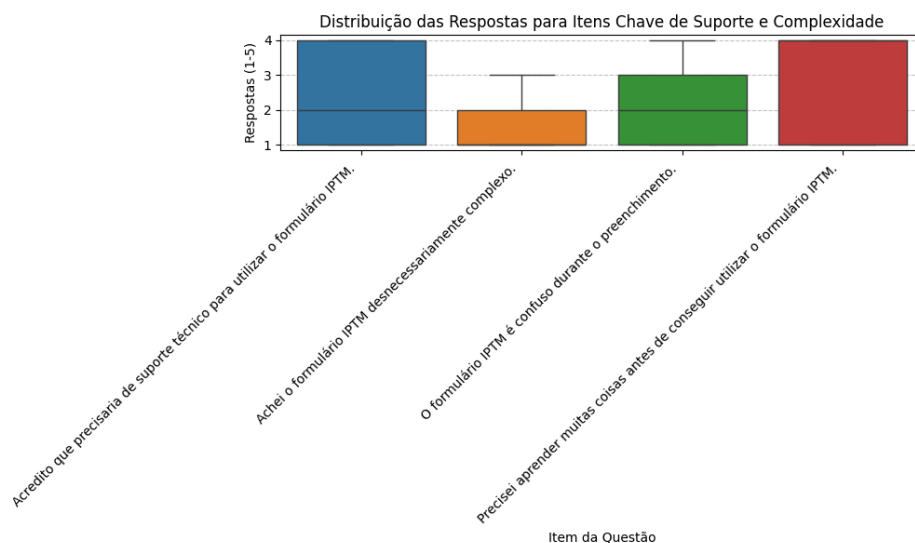
Fonte: Elaborado pelos autores.

A análise dos itens positivos e negativos permite compreender de forma mais detalhada os aspectos que influenciaram a experiência dos usuários. Os resultados sugerem avaliações favoráveis para aspectos relacionados à clareza, consistência e facilidade de compreensão do IPTM.

Com o objetivo de aprofundar a análise da usabilidade do IPTM, examinou-se especificamente o comportamento das respostas

associadas aos itens relacionados à complexidade percebida do instrumento e à necessidade de suporte técnico para sua utilização. Esses aspectos possuem relevância particular em ferramentas destinadas à gestão pública, uma vez que a adoção efetiva de instrumentos de planejamento depende não apenas de sua consistência metodológica, mas também de sua acessibilidade operacional para diferentes perfis de usuários. A análise desses itens permite avaliar se o índice é percebido como intuitivo, compreensível e aplicável em contextos municipais caracterizados por distintos níveis de capacidade técnica e disponibilidade de recursos humanos. Dessa forma, a distribuição das respostas oferece evidências complementares sobre a viabilidade prática do IPTM e sua potencial incorporação aos processos de diagnóstico territorial e planejamento turístico local (BROOKE, 1996; COSTA et al., 2023).

Figura 9: Distribuição das Respostas para Itens Chave de Suporte e Complexidade



Fonte: Elaborado pelos autores.

A Figura 9 concentra-se nos itens relacionados à complexidade percebida e à necessidade de suporte técnico para utilização do instrumento. Os resultados indicam que os participantes tendem a considerar o IPTM operacionalmente acessível, reduzindo a

dependência de treinamento especializado para sua aplicação inicial.

Esses achados apresentam relevância prática para a utilização do índice em contextos municipais. Instrumentos excessivamente complexos frequentemente enfrentam dificuldades de adoção por gestores públicos, especialmente em ambientes caracterizados por limitações de recursos humanos e capacidade técnica. Nesse sentido, a percepção positiva de usabilidade observada neste estudo reforça o potencial do IPTM como ferramenta de apoio ao diagnóstico territorial e ao planejamento turístico baseado em evidências.

Os resultados da avaliação de usabilidade convergem com as evidências obtidas na validação de conteúdo, sugerindo que o IPTM apresenta não apenas consistência conceitual, mas também viabilidade operacional para aplicações futuras em contextos municipais. Tais resultados devem ser interpretados como evidências preliminares de validação, compatíveis com o caráter exploratório e metodológico desta etapa de desenvolvimento do instrumento (BROOKE, 1996; COSTA et al., 2023).

6. DISCUSSÃO

6.1. Evidências Preliminares de Validade do IPTM

Os resultados obtidos neste estudo fornecem evidências preliminares favoráveis à validade do Índice de Potencial Turístico Municipal (IPTM). A elevada concordância observada entre os especialistas durante a etapa de validação de conteúdo sugere que as dimensões e indicadores selecionados apresentam aderência satisfatória ao constructo teórico proposto. Sob a perspectiva

metodológica, esse resultado é particularmente relevante porque a validade de conteúdo constitui uma das primeiras e mais importantes evidências de qualidade em instrumentos destinados à mensuração de fenômenos complexos e multidimensionais (LYNN, 1986; POLIT; BECK, 2006).

Além da concordância quantitativa observada nos indicadores de validade, as contribuições qualitativas dos avaliadores reforçaram a coerência da estrutura conceitual do índice. As sugestões apresentadas concentraram-se predominantemente em aspectos relacionados à redação, clareza operacional e refinamento dos critérios interpretativos, não havendo questionamentos substantivos acerca das dimensões centrais que compõem o modelo. Tal comportamento sugere que o constructo potencial turístico municipal foi adequadamente representado pela arquitetura analítica proposta.

Alexandre e Coluci (2011) argumentam que a validade de conteúdo deve ser compreendida como processo contínuo de refinamento conceitual e não como etapa isolada de verificação metodológica. Essa compreensão é particularmente pertinente para o IPTM, uma vez que o instrumento foi concebido para representar um fenômeno ainda pouco explorado na literatura turística. Conseqüentemente, os resultados aqui apresentados não devem ser interpretados como validação definitiva do índice, mas como evidências iniciais que sustentam sua consistência conceitual e justificam o avanço para etapas posteriores de validação empírica.

Em perspectiva semelhante, Polit e Beck (2006) alertam que elevados índices de validade de conteúdo não eliminam a necessidade de avaliações adicionais relacionadas à confiabilidade,

estabilidade e desempenho do instrumento em diferentes contextos de aplicação. Nessa direção, os resultados obtidos devem ser interpretados como um primeiro passo no processo de consolidação metodológica do IPTM.

A análise da usabilidade complementa esse conjunto de evidências. A percepção positiva dos participantes quanto à clareza e à operacionalidade do índice sugere que o instrumento apresenta potencial de utilização prática em contextos de gestão pública municipal. Tal resultado é particularmente relevante porque instrumentos metodologicamente robustos, mas operacionalmente complexos, frequentemente enfrentam dificuldades de adoção por gestores e tomadores de decisão (BROOKE, 1996; COSTA et al., 2023).

6.2. O IPTM Como Índice Composto

A construção do IPTM insere-se na tradição metodológica dos indicadores compostos utilizados para representar fenômenos multidimensionais por meio de estruturas sintéticas de análise. Conforme destacam Nardo et al. (2008), índices compostos possuem capacidade de transformar conjuntos complexos de informações em instrumentos mais acessíveis para monitoramento, planejamento e tomada de decisão, desde que sustentados por fundamentos conceituais consistentes e procedimentos metodológicos transparentes.

Uma das principais contribuições do IPTM reside justamente na tentativa de operacionalizar um constructo ainda pouco consolidado na literatura turística. Enquanto grande parte dos modelos existentes concentra-se na avaliação da competitividade, sustentabilidade ou desempenho dos destinos, o IPTM procura

direcionar a análise para as capacidades territoriais que antecedem a consolidação da atividade turística. Essa mudança de foco possui implicações teóricas e metodológicas relevantes, pois desloca a atenção dos resultados observáveis para as condições estruturais que podem sustentar processos futuros de desenvolvimento.

Sob uma perspectiva analítica, a opção por organizar o índice em cinco dimensões permitiu incorporar diferentes componentes do desenvolvimento turístico sem reduzir o fenômeno a uma única variável explicativa. Tal estratégia é coerente com recomendações metodológicas presentes na literatura sobre indicadores compostos, segundo as quais fenômenos complexos exigem abordagens capazes de integrar múltiplas dimensões sem perder coerência interpretativa (NARDO et al., 2008; SOUZA; MARQUES, 2024).

Entretanto, a utilização de índices compostos também apresenta desafios importantes. Decisões relacionadas à seleção dos indicadores, normalização dos dados, definição dos pesos e agregação dos resultados podem influenciar significativamente as interpretações produzidas. Embora este estudo tenha adotado procedimentos fundamentados na literatura especializada, futuras aplicações empíricas deverão avaliar a sensibilidade do IPTM a diferentes estratégias de ponderação e agregação, ampliando a robustez metodológica do instrumento.

6.3. Comparação com Modelos Internacionais

A análise comparativa realizada ao longo do estudo evidencia que o IPTM apresenta características distintas dos principais modelos internacionais de avaliação turística atualmente disponíveis. Embora compartilhe com essas iniciativas a preocupação com a produção

de informações para subsidiar decisões estratégicas, seus objetivos analíticos diferem de forma significativa.

O Travel & Tourism Development Index (TTDI), desenvolvido pelo World Economic Forum (2024), concentra-se predominantemente na avaliação da competitividade turística em escala nacional. Seu foco principal reside na identificação de fatores que favorecem o desenvolvimento do turismo em países e grandes destinos, utilizando indicadores relacionados à infraestrutura, ambiente institucional, recursos naturais e recursos culturais. Trata-se de uma abordagem particularmente útil para análises comparativas internacionais, mas menos adequada para identificar potencialidades latentes em municípios que ainda não possuem atividade turística consolidada.

O European Tourism Indicator System (ETIS), por sua vez, foi concebido para apoiar processos de monitoramento da sustentabilidade dos destinos turísticos (EUROPEAN COMMISSION, 2016). Sua principal contribuição está associada à incorporação sistemática de indicadores ambientais, econômicos e socioculturais voltados ao acompanhamento do desempenho dos destinos. Embora apresente maior proximidade com a escala local, o modelo permanece orientado predominantemente ao monitoramento de destinos já estruturados.

As abordagens vinculadas ao Smart Tourism introduzem uma perspectiva adicional ao enfatizar inovação, governança, acessibilidade e utilização estratégica da informação (EUROPEAN COMMISSION, 2020). Nesse caso, a preocupação desloca-se para a capacidade dos territórios de utilizar tecnologias e dados para aprimorar seus processos de gestão. Ainda assim, observa-se que a

maioria dessas iniciativas pressupõe a existência de condições institucionais relativamente desenvolvidas.

Diferentemente desses modelos, o IPTM procura responder a uma questão anterior: como identificar capacidades territoriais que ainda não se converteram em desempenho turístico observável? Essa diferença aparentemente simples produz implicações substantivas para a seleção dos indicadores, para a interpretação dos resultados e para os contextos de aplicação do instrumento. Em vez de avaliar exclusivamente destinos consolidados, o índice foi concebido para apoiar processos de planejamento em municípios que buscam estruturar ou fortalecer suas estratégias de desenvolvimento turístico.

6.4. Contribuições para Destinos Inteligentes

Os resultados deste estudo também apresentam implicações relevantes para o debate sobre destinos inteligentes. A literatura recente tem destacado a crescente importância da informação, da inovação e da governança para o desenvolvimento turístico contemporâneo (GRETZEL et al., 2015; IVARS-BAIDAL et al., 2019). Entretanto, parte significativa dessa discussão permanece concentrada em destinos já consolidados ou em cidades com elevado grau de desenvolvimento tecnológico.

Os achados sugerem que a construção de sistemas de informação voltados ao planejamento turístico pode começar antes mesmo da consolidação dos chamados destinos inteligentes. Sob essa perspectiva, o IPTM pode ser interpretado como uma ferramenta de inteligência territorial aplicada à identificação de capacidades e limitações associadas ao desenvolvimento turístico municipal.

Essa interpretação torna-se particularmente relevante quando se considera que a transformação digital dos destinos depende não apenas da disponibilidade de tecnologia, mas também da existência de informações confiáveis capazes de orientar decisões estratégicas. Gretzel et al. (2015) argumentam que a inteligência dos destinos está relacionada à capacidade de produzir e utilizar conhecimento para aperfeiçoar processos de gestão. De forma convergente, Ivars-Baidal et al. (2019) destacam que governança e informação constituem componentes centrais da evolução dos destinos turísticos contemporâneos.

A pandemia de COVID-19 reforçou ainda mais a necessidade de sistemas de monitoramento e planejamento adaptativos. Sigala (2020) argumenta que os desafios enfrentados pelo turismo nos últimos anos evidenciaram a importância de instrumentos capazes de apoiar processos de aprendizagem, resiliência e reconfiguração estratégica dos destinos. Nesse contexto, ferramentas voltadas à identificação de potencialidades territoriais podem contribuir para ampliar a capacidade de resposta dos municípios diante de cenários de mudança e incerteza.

6.5. Implicações para Políticas Públicas Municipais

As evidências produzidas neste estudo possuem implicações diretas para o planejamento e a gestão do turismo em escala municipal. Um dos principais desafios enfrentados pelos governos locais consiste justamente na escassez de informações sistematizadas capazes de subsidiar decisões relacionadas à alocação de recursos, definição de prioridades e monitoramento de resultados.

Relatórios internacionais têm destacado que a efetividade das políticas públicas depende cada vez mais da capacidade dos governos de utilizar evidências para orientar seus processos decisórios (OECD, 2022). No campo do turismo, essa necessidade torna-se ainda mais evidente devido à natureza transversal da atividade, que envolve simultaneamente dimensões econômicas, ambientais, culturais e institucionais.

No contexto brasileiro, dificuldades relacionadas à produção, organização e utilização de dados permanecem entre os principais obstáculos para o planejamento territorial (SANTOS; OLIVEIRA, 2022). Muitos municípios dispõem de recursos naturais e culturais relevantes, mas carecem de instrumentos capazes de traduzir essas potencialidades em diagnósticos operacionais e estratégias de desenvolvimento.

Os resultados obtidos sugerem que o IPTM pode contribuir para reduzir parte dessa lacuna ao oferecer uma estrutura sistemática para organização e interpretação das informações territoriais. Sua utilização potencialmente favorece processos de planejamento mais transparentes, comparáveis e orientados por evidências.

Lima, Pereira e Rocha (2025) argumentam que a inovação aplicada ao planejamento turístico depende da capacidade de integrar informações dispersas em instrumentos capazes de apoiar decisões concretas. Nessa direção, o IPTM apresenta potencial para funcionar como ferramenta complementar aos sistemas tradicionais de monitoramento turístico, especialmente em municípios que ainda se encontram em estágios iniciais de estruturação da atividade.

6.6. Limitações do Estudo

Os resultados apresentados devem ser interpretados à luz de algumas limitações metodológicas. Em primeiro lugar, a pesquisa concentrou-se em uma etapa preliminar de validação, o que significa que as evidências produzidas ainda não permitem afirmar a validade definitiva do instrumento para diferentes contextos territoriais.

Outro aspecto importante refere-se à ausência de aplicações empíricas em larga escala. Embora os procedimentos de validação de conteúdo e usabilidade tenham produzido resultados favoráveis, o desempenho do índice em situações reais de utilização ainda precisa ser examinado por meio de estudos adicionais.

Questões relacionadas à disponibilidade e qualidade dos dados municipais também merecem atenção. A operacionalização do IPTM depende da existência de informações confiáveis para os diferentes indicadores que compõem suas dimensões. Diferenças na capacidade de produção de dados entre municípios podem influenciar a aplicabilidade prática do instrumento. A estrutura de ponderação adotada nesta versão preliminar baseou-se em pesos equivalentes para as dimensões do índice. Embora essa escolha seja metodologicamente defensável nesta etapa de desenvolvimento, futuras pesquisas poderão investigar alternativas de ponderação baseadas em evidências empíricas ou consenso especializado ampliado.

6.7. Agenda de Pesquisa Futura

Os resultados obtidos abrem diferentes possibilidades para o aprofundamento das investigações relacionadas ao potencial turístico municipal. Uma primeira agenda refere-se à aplicação do

IPTM em municípios com características territoriais distintas, permitindo avaliar sua estabilidade, sensibilidade e capacidade discriminatória em contextos diversos.

Outra direção promissora envolve a realização de estudos comparativos entre regiões, estados e tipologias de destinos turísticos. Esse tipo de investigação poderá contribuir para verificar a capacidade do índice de capturar diferenças territoriais relevantes e apoiar processos de planejamento em múltiplas escalas.

Também se mostra pertinente explorar estratégias alternativas de ponderação e agregação dos indicadores, avaliando possíveis impactos sobre os resultados produzidos pelo instrumento. Estudos dessa natureza poderão contribuir para o refinamento metodológico do IPTM e para o fortalecimento de sua robustez analítica.

Em perspectiva mais ampla, futuras pesquisas poderão investigar a integração do índice a plataformas digitais de monitoramento e sistemas de inteligência territorial voltados ao turismo. Tal possibilidade dialoga diretamente com as transformações observadas na gestão dos destinos e com a crescente valorização de abordagens baseadas em dados e evidências (SIGALA, 2020).

Finalmente, o desenvolvimento de aplicações tecnológicas, painéis interativos e sistemas de apoio à decisão representa uma oportunidade relevante para ampliar a utilidade prática do IPTM. Conforme destacam Lima, Pereira e Rocha (2025), a inovação no planejamento turístico depende cada vez mais da capacidade de transformar conhecimento científico em ferramentas acessíveis aos gestores públicos e aos demais atores envolvidos no desenvolvimento territorial.

7. CONCLUSÃO

O presente estudo partiu do reconhecimento de uma lacuna existente na literatura e na prática do planejamento turístico municipal relacionada à ausência de instrumentos especificamente desenvolvidos para avaliar o potencial turístico dos territórios em perspectiva multidimensional e prospectiva. Embora existam modelos consolidados voltados à competitividade, sustentabilidade e inteligência dos destinos, observou-se a necessidade de uma abordagem capaz de identificar capacidades territoriais ainda não plenamente convertidas em desempenho turístico observável, especialmente em municípios que se encontram em estágios iniciais de desenvolvimento da atividade.

Diante desse contexto, a pesquisa buscou analisar preliminarmente a validação do Índice de Potencial Turístico Municipal (IPTM), concebido como um índice composto destinado à avaliação das condições estruturais, ambientais, culturais, socioeconômicas e institucionais associadas ao desenvolvimento turístico em escala municipal. Para alcançar esse objetivo, foi desenvolvido um modelo conceitual fundamentado em cinco dimensões analíticas integradas e submetido a procedimentos de validação de conteúdo e avaliação de usabilidade.

Os resultados obtidos forneceram evidências preliminares favoráveis à consistência conceitual e à viabilidade operacional do instrumento. A elevada concordância observada entre os especialistas indicou adequação dos indicadores propostos para representar o constructo potencial turístico municipal, enquanto a avaliação de usabilidade revelou percepção positiva quanto à clareza, aplicabilidade e facilidade de utilização do índice. Em conjunto, esses achados

sugerem que o IPTM apresenta potencial para apoiar processos de diagnóstico territorial, planejamento turístico e formulação de políticas públicas baseadas em evidências.

No plano teórico, o estudo contribui para o avanço das discussões sobre potencial turístico municipal ao propor uma definição conceitual capaz de diferenciar esse constructo de conceitos frequentemente utilizados de forma sobreposta, como atratividade, competitividade e maturidade turística. A pesquisa também amplia o debate sobre indicadores compostos aplicados ao turismo ao apresentar uma estrutura metodológica orientada à identificação de capacidades territoriais futuras e não apenas ao monitoramento de resultados já consolidados.

Sob a perspectiva metodológica, o trabalho oferece uma proposta estruturada de construção e validação preliminar de índice composto, articulando procedimentos de validação de conteúdo, análise de consistência interna e avaliação de usabilidade em uma mesma abordagem analítica. Essa integração fortalece a transparência do processo de desenvolvimento do instrumento e fornece bases para seu aperfeiçoamento em investigações posteriores.

Em termos práticos, o IPTM apresenta potencial para apoiar gestores públicos, técnicos municipais e formuladores de políticas no processo de identificação de potencialidades, fragilidades e prioridades de intervenção relacionadas ao desenvolvimento turístico local. Ao organizar informações dispersas em uma estrutura analítica integrada, o índice pode contribuir para decisões mais sistemáticas, transparentes e orientadas por evidências.

Apesar dos resultados promissores, a pesquisa deve ser compreendida como uma etapa inicial no processo de consolidação do instrumento. Estudos futuros poderão ampliar as evidências de validade por meio da aplicação do IPTM em diferentes contextos territoriais, da realização de análises comparativas entre municípios e do aprofundamento das investigações relacionadas à sensibilidade, estabilidade e capacidade discriminatória do índice. Também se mostram promissoras iniciativas voltadas à incorporação do instrumento em plataformas digitais, sistemas de monitoramento e ferramentas de inteligência territorial aplicadas ao turismo.

Conclui-se, portanto, que o IPTM representa uma proposta metodológica inovadora e potencialmente útil para o planejamento turístico municipal, oferecendo uma alternativa capaz de aproximar a produção científica das necessidades concretas de gestão dos territórios. Ao direcionar a atenção para as capacidades que antecedem a consolidação dos destinos, o índice contribui para ampliar as possibilidades de diagnóstico, planejamento e promoção do desenvolvimento turístico sustentável em escala local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, Neusa Maria Costa; COLUCI, Marina Zambon Orpinelli. Validade de conteúdo nos processos de construção e adaptação de instrumentos de medidas. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 7, p. 3061-3068, 2011.

ALMEIDA, J. R.; SILVA, M. T. Métodos de consenso em turismo: a técnica Delphi revisitada. Porto Alegre: Editora Acadêmica, 2023.

BENTO, A. C.; FERREIRA, L. M. Validação de instrumentos de coleta de dados em ciências sociais aplicadas: o uso do CVI. *Revista de Metodologia Científica*, v. 12, n. 2, p. 45-62, 2021.

BROOKE, J. SUS: a “quick and dirty” usability scale. In: JORDAN, P. W. et al. *Usability evaluation in industry*. London: Taylor & Francis, 1996. p. 189-194.

BUTLER, Richard W. The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources. *Canadian Geographer*, Toronto, v. 24, n. 1, p. 5-12, 1980.

COSTA, P. H. et al. Usabilidade em ferramentas de gestão pública: uma análise da escala SUS. *Jornal de Administração Municipal*, v. 34, n. 1, p. 110-125, 2023.

CROUCH, Geoffrey I.; RITCHIE, J. R. Brent. *The Competitive Destination: a Sustainable Tourism Perspective*. Wallingford: CABI Publishing, 2003.

DWYER, Larry; KIM, Chulwon. Destination competitiveness: determinants and indicators. *Current Issues in Tourism*, Abingdon, v. 6, n. 5, p. 369-414, 2003.

EUROPEAN COMMISSION. *European Capital of Smart Tourism: Compendium of Best Practices*. Brussels: European Commission, 2020.

EUROPEAN COMMISSION. *European Tourism Indicator System for Sustainable Destination Management (ETIS): Toolkit for Sustainable Destinations*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2016.

GRETZEL, Ulrike; SIGALA, Marianna; XIANG, Zheng; KOO, Chulmo. Smart tourism: foundations and developments. *Electronic Markets*, Heidelberg, v. 25, n. 3, p. 179-188, 2015.

IVARS-BAIDAL, Josep A.; CELDRÁN-BERNABEU, Miguel A.; MAZÓN, José Norberto; PERLES-IVARS, Ángel F. Smart destinations and the evolution of ICTs: a new scenario for destination management? *Current Issues in Tourism*, Abingdon, v. 22, n. 13, p. 1581-1600, 2019.

LIMA, F.; PEREIRA, G.; ROCHA, K. Inovação e planejamento turístico: ferramentas para o século XXI. São Paulo: Atlas, 2025.

LYNN, Mary R. Determination and quantification of content validity. *Nursing Research*, Philadelphia, v. 35, n. 6, p. 382-385, 1986.

NARDO, Michela; SAISANA, Michaela; SALTELLI, Andrea; TARANTOLA, Stefano; HOFFMAN, Anders; GIOVANNINI, Enrico. *Handbook on Constructing Composite Indicators: Methodology and User Guide*. Paris: OECD Publishing, 2008.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *OECD Tourism Trends and Policies 2022*. Paris: OECD Publishing, 2022.

POLIT, Denise F.; BECK, Cheryl T. The content validity index: are you sure you know what's being reported? Critique and recommendations. *Research in Nursing & Health*, Hoboken, v. 29, n. 5, p. 489-497, 2006.

SANTOS, E. M.; OLIVEIRA, R. B. Desafios da gestão de dados nos municípios brasileiros. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, Curitiba, v. 14, e202209, 2022.

SIGALA, Marianna. Tourism and COVID-19: impacts and implications for advancing and resetting industry and research. *Journal of Business Research*, Amsterdam, v. 117, p. 312-321, 2020.

SOUZA, T. V.; MARQUES, D. A. Estatística aplicada à validação de indicadores. Belo Horizonte: Editora Horizonte, 2024.

WORLD ECONOMIC FORUM. Travel & Tourism Development Index 2024: Travel and Tourism at a Turning Point. Geneva: World Economic Forum, 2024.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. Indicators of Sustainable Development for Tourism Destinations: A Guidebook. Madrid: World Tourism Organization, 2004.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. Tourism for Sustainable Development Goals: Journey to 2030. Madrid: World Tourism Organization, 2018.

YUSOFF, Muhamad Saiful Bahri. ABC of content validation and content validity index calculation. *Education in Medicine Journal*, Kota Bharu, v. 11, n. 2, p. 49-54, 2019.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido. Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Doutor em Ciência da Computação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido.

Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). E-mail:

[acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)